



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**

**PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO**

**DIRETORIA LEGISLATIVA**

**Sessão Ordinária do dia 27 de junho de 2022 - Ata n.º 60.**

Aos vinte e sete dias do mês de junho de dois mil e vinte e dois, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.º Deputados **Luiz Claudio Romanelli** (1.º Secretário) e **Gilson de Souza** (2.º Secretário), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **60.ª Sessão Ordinária da 4.ª Sessão Legislativa da 19.ª Legislatura.**

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária desta segunda-feira. Solicito ao Sr. 2.º Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

**SR. 2.º SECRETÁRIO (Deputado Gilson de Souza – PL):** Sim, Sr. Presidente. (Procedeu à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior, n.º 59, de 21 de junho de 2022.) Era isso o que continha a Ata, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Ata aprovada. (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.º Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Na Sessão de hoje, por solicitação do Deputado Tercílio Turini, o Grande Expediente será destinado para ouvirmos o pronunciamento do Sr. Natalino



## Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

---

Diretoria Legislativa

Avance de Souza, Diretor-Presidente do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná, lapar, que falará sobre as contribuições dos anos de pesquisa agropecuária da instituição. Estamos aqui contando com a presença do Secretário da Agricultura, Norberto Ortigara; do Sr. Orlando Pessuti, Ex-Governador do Estado do Paraná; da Sr.<sup>a</sup> Vânia Moda Cirino, Diretora de Pesquisa e Inovação do IDR-Paraná; do Sr. Hernani Melanda, Presidente do Sindicato dos Servidores da Adapar; dos servidores da Adapar, dos servidores do IDR e dos servidores da Seab. Também contamos com a presença aqui na Casa dos alunos do ensino fundamental e médio do Colégio Marista Santa Maria de Curitiba, acompanhados pelos Professores Douglas Rocha Paixão e Nailon Ferreira Silveira. Sejam todos bem-vindos. Tenho a honra de conceder a palavra ao Deputado Tercílio Turini, para que faça a saudação aos nossos convidados e visitantes.

**GRANDE EXPEDIENTE:** Usaram da palavra o Sr. Deputado Tercílio Turini e Sr. Natalino Avance de Souza.

**DEPUTADO TERCÍLIO TURINI (PSD):** Senhor Presidente, Deputado Ademar Traiano. Cumprimentar o Deputado Romanelli, Gilson de Souza, demais Deputados. Cumprimentar o nosso Secretário da Agricultura, Norberto Ortigara, o Presidente do IDR, Sr. Natalino Avance de Souza, nosso sempre Governador, Orlando Pessuti e Demais Diretores, membros do IDR, funcionários do IDR, pesquisadores. Saudar também os funcionários da Adapar, da Seab e todos aqueles que nos acompanham por meio da *TV Assembleia* e das redes sociais. Essa homenagem que vamos prestar hoje aqui para o IDR, para o lapar, é uma proposição dos Deputados Tercílio Turini, Romanelli, Tiago Amaral, Cobra Repórter e Boca Aberta Junior. O Paraná e o Brasil deram um salto de qualidade e produtividade no agronegócio a partir do desenvolvimento e utilização de tecnologias inovadoras. As soluções resultantes da pesquisa e da ciência, os testes de aplicabilidade, a produção em escala e os resultados a campo, foram instrumentos de transformação da realidade da agropecuária paranaense e



nacional, colocando o País no patamar dos maiores produtores mundiais e fortalecendo o agronegócio como um dos principais alicerces da nossa economia. Muitas conquistas da pesquisa brasileira chegaram aos cinco continentes, levando a marca registrada do Brasil ao mercado internacional. Nesse cenário de avanço científico, um dos centros de pesquisas que conquistou os mais elevados índices de resultados positivos foi o Instituto Agronômico do Paraná, hoje IDR, o Iapar, que completa 50 anos de atividade em 29 de junho de 2022, daqui dois dias. A relevante data comemorativa representa também o cinquentenário da pesquisa agropecuária em nosso Estado, um marco significativo os avanços em diversos aspectos: fertilidade, manejo e conservação de solo, cultivares adaptadas a condições específicas, altas produtividades, tecnificação e mecanização de lavouras, monitoramento climático, preservação de recursos naturais, expansão da fruticultura, produção animal, integração lavoura e pecuária, floresta e muitos outros benefícios para o agronegócio do Brasil e do mundo. O Paraná acreditou na capacidade inovadora da pesquisa, e lá no início da década de 1970 vislumbrou que no futuro a agropecuária precisaria de muito mais suporte da ciência e da tecnologia para avançar. Lideranças do meio rural do Norte do Estado, fortalecidas pela cafeicultura, que gerava riqueza e fazia o Estado crescer, aglutinaram-se no movimento pela criação do Iapar. Pessoas com visão à frente do seu tempo, que souberam aproveitar a força e o prestígio que o café deu a Londrina. A mobilização foi vitoriosa, com o Governo do Estado fundando o Instituto Agronômico do Paraná em 29 de junho de 1972. A partir de então, o Paraná passou a ser referência internacional na pesquisa agropecuária. Das mentes brilhantes e das mãos habilidosas de pesquisadores e de técnicos, surgiram estudos, produtos, técnicas e práticas de enorme impacto econômico e social. O talento, a competência, a dedicação, a resiliência e a paixão pelo desenvolvimento da ciência foram determinantes ao longo dessas cinco décadas, pelo sucesso e reconhecimento do trabalho do Iapar. A agropecuária e todo o arranjo produtivo do agronegócio passaram por transformações inimagináveis a



## Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

---

Diretoria Legislativa

partir do resultado da pesquisa, da ciência, da tecnologia e da inovação do IAPAR. Desperta um sentimento de muito orgulho ver alguns dados da produção do IAPAR, 220 cultivares de diferentes espécies utilizadas em lavoura no mundo todo: feijão, café, milho, trigo e tantos outros, o maior banco de germoplasma de café do mundo, 65% do mercado nacional abastecido com feijão do grupo preto e 39% do grupo carioca e variedades. Temos uma lista enorme do trabalho aqui dos pesquisadores e das conquistas do IAPAR, mas vamos deixar à disposição para que o pessoal possa depois, por meio aqui da Assembleia, quem não conhece no dia a dia, tomar conhecimento da grandeza dessa instituição. As cultivares que proporcionaram os ganhos de produtividade nas lavouras, as tecnologias que hoje dão suporte à agricultura de precisão, os avanços que abreviam o tempo de produção e elevam as toneladas de proteína animal, as práticas sustentáveis que contribuem na preservação dos recursos naturais, a melhoria da qualidade de vida no campo, a consolidação do agronegócio brasileiro no mercado internacional, a inclusão do Paraná e do Brasil em uma nova era da produção rural, têm o DNA do IAPAR, hoje IDR. Hoje o novo momento e com uma nova personalidade jurídica do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná, IDR/IAPAR/Emater, o centro de pesquisa mantém o mesmo empenho de sua equipe, a mesma confiança dos paranaenses no potencial da ciência, da tecnologia e da inovação como ativo valoroso para o crescimento da atividade produtiva, o bem-estar do cidadão e a evolução da humanidade. A instituição representa um dos maiores patrimônios do Estado do Paraná. Precisa ser protegida, incentivada e fortalecida para superar dificuldades e enfrentar desafios que certamente virão com as rápidas transformações tecnológicas que o mundo vivencia. Tivemos a honra de apresentar na Assembleia Legislativa do Paraná esta homenagem com votos de congratulações e Menção Honrosa. É um ato de reconhecimento e gratidão ao Governador, ao Sr. Secretário da Agricultura, Norberto Ortigara, aos dirigentes do IDR, ao Presidente Natalino Avance de Souza, à Diretora de Gestão Institucional, Solange Maria da Rosa Coelho, ao Diretor de Extensão Rural, Diniz Dias Oliveira,



à Diretora de Pesquisa, Vania Moda Cirino, ao Diretor de Integração Institucional, Rafael Fuentes, e ao Diretor de Gestão de Negócio, Altair Sebastião Dorigo, aos pesquisadores, técnicos e demais colaboradores, às lideranças que se mobilizaram na criação, aos produtores rurais e a todos os demais envolvidos nos cinquenta anos do lapar e da pesquisa agropecuária do Paraná. Confiamos na pesquisa e na ciência como propulsoras de grandes avanços. Acompanhamos as transformações no agronegócio e sua importância na economia do Brasil e temos a certeza de que o IDR/lapar/Emater vai contribuir, ainda mais, com soluções inovadoras no meio rural e empresarial. Parabéns a todos. Vida longa ao nosso vitorioso Centro de Pesquisa. Obrigado, pessoal.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Neste momento, então, vamos ouvir o Sr. Natalino Avance de Souza, Diretor-Presidente do IDR/PR.

**SR. NATALINO AVANCE DE SOUZA:** Boa tarde a todos. Quero inicialmente saudar o Presidente da Assembleia, Deputado Ademar Traiano, e estender a saudação, de modo muito respeitoso, a todos os Deputados que compõem esta Casa e que nos ajudam nos ajustes das ações de apoio às regiões e aos agricultores. De forma especial, saudar o Deputado Tercílio Turini que, com os Deputados Luiz Claudio Romanelli, Tiago Amaral, Cobra Repórter, Boca Aberta Junior, propôs essa distinção ao IDR/lapar/Emater pelos cinquenta anos da pesquisa estadual do Paraná. Saudar o nosso Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, Norberto Ortigara, saudar o nosso Ex-Servidor, Ex-Governador Orlando Pessuti, fez parte desta Casa por muito tempo, saudar todos que prestigiam esta cerimônia e de uma maneira muito carinhosa saudar os nossos colegas da agricultura, da Adapar, os meus colegas do IDR e os componentes da diretoria que compõem o IDR aqui presentes. Coube a mim a honra de expressar, em nome da instituição, e sinto-me muito orgulhoso por esta oportunidade, porém penso ser justo e digno começar esta exposição fazendo referência às pessoas que construíram a trajetória da pesquisa no Estado do



## Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

---

Diretoria Legislativa

Paraná. O lapar, Instituto Agronômico do Paraná, foi instituído pela Lei n.º 6.292, de 29 de junho de 1972. Assim, quero me referir com muito respeito ao primeiro Presidente, Dr. Raul Juliatto, cujo filho Horácio está aqui conosco, servidor desta Casa, e ao colega Florindo Dalberto, nosso último Presidente, e referindo assim a todos os demais que presidiram a Instituição de Pesquisa Agropecuária do Estado nesses 50 anos. Da mesma forma, saudar, com muito respeito e carinho, todos os pesquisadores e servidores que construíram essa linda história de competência, dedicação e resultados como lapar e da mesma forma todos aqueles que continuam fazendo parte dessa história agora como IDR. O IDR não apaga e nem muda a história do lapar, apenas dá continuidade à sua trajetória com o compromisso de qualificar ainda mais as entregas. A história da pesquisa, Deputado Tercílio, mistura-se com a história da evolução da agricultura do Paraná. Nasceu com a missão de prover soluções inovadoras para o meio rural e o agronegócio por meio da pesquisa técnico-científica, difusão de conhecimento, transferência de tecnologia e formação de pessoal. Nesses 50 anos, o Paraná se transformou no maior produtor de alimentos por metro quadrado do mundo. O Paraná pratica hoje, sem dúvida nenhuma, a melhor agricultura do Brasil. Uma agricultura de resultados, de transformação, de projeção mundial, que gera esperança de aliviar a fome de populações de várias partes do mundo. Esse avanço foi possível graças às tecnologias geradas pela pesquisa pública, coordenada, até 2019, pelo lapar e tendo continuidade no novo instituto criado em 2019. Os resultados da pesquisa mudaram a realidade agrícola do Estado. A pesquisa agrícola foi decisiva no entendimento e tratamento do solo paranaense. Gerou conhecimento, promoveu técnicas capazes de elevar a produtividade das lavouras e criações; criou variedades adaptadas ao nosso clima; desenvolveu máquinas e equipamentos; buscou inovações que reposicionaram o modo de fazer agricultura no nosso Estado. Nestes 50 anos, foram oferecidos ao setor produtivo mais de 220 cultivares de café, trigo, milho, feijão, arroz, batata, forrageiras, frutas, mandioca, plantas de adubo verde. Somos o maior produtor de



trigo, somos o maior produtor de feijão e temos produtividade de soja igual às maiores do mundo, graças ao trabalho da pesquisa agropecuária. Além do desenvolvimento de cultivares, fez e ajudou a fazer ajustes no processo de desenvolvimento dos sistemas de produção que projetam o Estado como destaque nacional. Se o Paraná se transformou em grande produtor e exportador de suco concentrado de laranja, teve a ação decisiva da pesquisa no manejo do cancro cítrico. É fundamental ainda reconhecer a contribuição histórica da pesquisa estadual no desenvolvimento e na implantação do manejo e conservação do solo e no desenvolvimento e evolução do plantio direto, técnicas que consagraram o Estado do Paraná no cenário nacional e mesmo junto a órgãos internacionais, como o BIRD e o BID, e foram decisivas para que o Paraná se transformasse nessa potência agrícola que é hoje. Tenho muita honra de fazer parte dessa história como Presidente do IDR, entidade que hoje congrega a pesquisa agropecuária do Estado com a extensão rural, fomento e agroecologia. O Governador do Estado do Paraná, Ratinho Junior, e o Secretário de Estado da Agricultura assumiram o compromisso nesta Casa e com os senhores, em dezembro de 2019, de devolver a dinâmica de investimentos necessários à modernização da pesquisa, assim como repor o quadro de pesquisadores. Sou parte desse compromisso e vamos executá-lo. Senhores, o mundo mudou, a agricultura mudou; a vez, presente, é de reduzir desigualdades no desenvolvimento entre as nossas regiões do Estado. Promover a inclusão tecnológica dos pequenos agricultores e reforçar mecanismos que contribuam para a melhoria da renda e da qualidade de vida das famílias pobres do meio rural; desenvolver estratégias que permitam acelerar a inovação digital no campo e adoção desta por todos os agricultores, independentemente do tamanho destes. O Paraná precisa continuar sendo referência na produção de alimentos, mas também precisa manter o rótulo de Estado mais sustentável da União. Estamos prontos para um novo ciclo de contribuições: retomar o manejo adequado dos solos nesses tempos de escassez hídrica e de adversidades climáticas mais



frequentes; criar referência em sustentabilidade ambiental, econômica e social; disponibilizar metodologias para medir o sequestro de carbono, principalmente nas atividades de produção animal; otimizar o uso de bioinsumos; desenvolver mecanismos que protejam as culturas e populações sensíveis ao uso de agrotóxicos; estimular e abrigar ambientes para *startups*; ajudar a reduzir a penosidade do trabalho nas propriedades rurais; ser protagonista nessa tal agricultura digital. Peço aos senhores que nos ajudem a continuar nossa missão, ajudem o rural a ser menos penoso, a ter internet nas comunidades mais distantes. Não pode o jovem da cidade ter acesso à internet e o jovem do campo ficar privado deste avanço. Vamos conectar o rural e reduzir o isolamento do campo. O Paraná pode ser também referência em conectividade rural. Os senhores podem nos ajudar nessa missão de resultados da pesquisa estadual. Nosso muito obrigado pela homenagem prestada. Peço, agora, um vídeo institucional. Obrigado, gente! (Aplausos.)

(Apresentação de vídeo institucional.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Vou suspender a Sessão por alguns instantes, para fazermos a entrega da Menção Honrosa ao Diretor-Presidente do IDR.

**(SESSÃO SUSPENSA.)**

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Está reaberta a Sessão. Gostaria de fazer um apelo aos Sr.<sup>s</sup> Deputados que estão inscritos no Pequeno Expediente e no horário das Lideranças, a nossa pauta é muito extensa hoje e temos Extraordinária ainda, que abrissem mão das falas para que pudéssemos fazer a Sessão com tranquilidade.

**DEPUTADO TADEU VENERI (PT):** Senhor Presidente, vou me inscrever no horário do PT.



**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Pois não, Deputado.

**DEPUTADO TADEU VENERI (PT):** É contrário ao que o senhor está pedindo, mas vou me inscrever no horário do PT, porque temos uma situação que não permite que não façamos o registro.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Vossa Excelência não pode falar no horário da Liderança da Oposição, com a concordância...

**DEPUTADO TADEU VENERI (PT):** Não, o horário da Liderança da Oposição só se o Deputado Arilson...

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** O Deputado Arilson é um homem diplomático.

**DEPUTADO TADEU VENERI (PT):** Mas o Professor Lemos já abriu mão. O Professor Lemos ia falar no Grande Expediente e o senhor até concedeu a ele, mas não sei se ele não quer falar.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Bom, beleza, Deputado! Infelizmente, não tenho como cercear o seu direito.

**DEPUTADO TADEU VENERI (PT):** Vamos falar.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Vou pedir aos Deputados Galo, Goura, Michele, se puderem contribuir, Ricardo Arruda, Soldado Adriano, para que abram mão das falas hoje, por favor. Deputada Mabel..., mas V.Ex.<sup>a</sup> não está inscrita aqui ainda. Bom, vamos ficar aqui até meia-noite hoje, então, sem problema. Primeiro orador, Deputado Professor Lemos.

**DEPUTADO TADEU VENERI (PT):** O Professor Lemos está tão sensibilizado que quase que nem vai falar mais.



**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** O Lemos parece-me que já abriu mão da fala?

**DEPUTADO TADEU VENERI (PT):** Ficou sensibilizado, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Ou vai falar dois minutos e meio, então?

**PEQUENO EXPEDIENTE:** Usaram da palavra os Sr.<sup>os</sup> Deputados: Professor Lemos; Michele Caputo; Galo; e Goura.

**DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT):** Senhor Presidente, Sr.<sup>s</sup> Deputados e Sr.<sup>as</sup> Deputadas, quero cumprimentar todos e todas ao tempo em que cumprimento a população que acompanha a nossa Sessão. Hoje estamos com visitas ilustres. Quero cumprimentar os nossos estudantes que aqui comparecem, cumprimentar os nossos colegas também professores, fazendo a defesa aqui do espanhol, queremos que esta Emenda Constitucional seja aprovada e o espanhol de fato seja valorizado no nosso Paraná, no nosso currículo das nossas escolas. Quero aqui também cumprimentar o trabalho importante que o Instituto de Desenvolvimento Rural tem feito, e agora ele está maior, porque está com várias categorias nesse instituto. E estamos aprovando nesses dias um plano de carreira que agrupa todas as categorias do Instituto de Desenvolvimento Rural. Aqui, hoje, fizemos uma homenagem ao Instituto de Pesquisa do Paraná, o Iapar, e quero cumprimentá-los, dizer da importância da pesquisa para o desenvolvimento da nossa agricultura, da nossa agropecuária como um todo – um trabalho relevante e é merecida essa homenagem, tem todo o nosso apoio e o nosso aplauso. E quero cumprimentar também representantes da Adapar que aqui comparecem, são lideranças que já nos fizeram chegar também preocupações com o plano de carreira que está aqui para ser votado e precisamos votar com celeridade para a publicação em tempo, antes do período eleitoral, por isso acolhemos o pedido das entidades. São várias entidades que assinam o ofício entregue a esta Casa e



queremos aqui dizer que estamos com os servidores da Adapar e vamos votar conforme o pedido dos servidores. Também quero aqui neste momento fazer uma homenagem à merendeira Elisa Szekut, de Capitão Leônidas Marques, que venceu o prêmio, 1.º lugar do programa *Merendeiras Brasil*, programa importante que ela participou como merendeira lá da Escola Municipal Terezinha Machado, de Capitão Leônidas Marques, fazendo esse trabalho bonito. Merendeira é educadora, não faz apenas o alimento, faz muito mais do que fazer os alimentos para alimentar os nossos estudantes. Por isso, toda a nossa homenagem às merendeiras de todas as escolas do Paraná e do Brasil ao cumprimentar essa grande merendeira que é orgulho para nós do Paraná, que representou tão bem o Paraná nesse programa. Então, a Elisa Szekut recebeu o prêmio de 1.º lugar, então a nossa homenagem a essa importante educadora do município de Capitão Leônidas Marques, essa importante educadora do nosso Estado, do nosso País, fazendo a diferença a favor da educação, cuidando bem da nutrição dos nossos estudantes. Parabéns, Elisa, esse prêmio é merecido. E aqui a Assembleia também está preparando uma homenagem para você, Elisa, e ao homenageá-la queremos homenagear todas as merendeiras do nosso Estado e do nosso País. Para encerrar, estamos aguardando a resposta do Governo para hoje sobre a pauta de... (É retirado o som.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Por favor, para concluir, Deputado.

**DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT):** Estamos aguardando a resposta do Governo para hoje à tarde, resposta à pauta de reivindicações dos servidores, que é a data-base, que é a retirada do desconto da previdência para os aposentados até o teto do INSS, para o pagamento de promoções e progressões, quinquênios e anuênios que estão em atraso. Estamos, então, aguardando e inclusive o Fórum dos Servidores está aqui representado, está aqui em uma sala anexa ao Plenário aguardando a resposta que deve vir do Palácio Iguaçu. E queremos que a



resposta seja positiva, porque os nossos servidores têm o direito de receber a reposição salarial, os nossos aposentados também têm o direito de serem isentos até o teto do INSS e promoção e progressão, anuênio e quinquênios precisam ser implementados porque estão em atraso.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Próximo orador, Deputado Michele Caputo. Não o vejo... Ah, está ali!

**DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB):** Boa tarde, Presidente Traiano, Deputadas, Deputados e todos que nos acompanham. Faço minhas as palavras todas que foram ditas em homenagem ao IDR, a todos esses servidores e servidoras, além da gestão, com relação à questão da agricultura no Paraná. Gente que merece muito respeito! Tomo esta tribuna hoje mais uma vez para perguntar: O que será que esperam dos mais de 500 servidores que trabalham no sistema prisional e que já ficaram de fora da discussão do órgão da Polícia Penal? Não da função de policial penal, porque essa sempre teve claro para todo mundo que é uma função desses servidores e servidoras que atuam como os agentes penitenciários atuavam, agora são policiais penais e trabalham muito e trabalham bem. Aí à época disseram: *Não, apesar do acordo que fizemos na Casa Civil, disseram que vamos contemplá-los na discussão da Lei Orgânica em outras leis que vão se seguir.* Aí somos informados de discussões que estão sendo feitas nesse sentido, só que a representação desses mais de 500 servidores, profissionais de saúde, administrativos, agentes de execução, profissional de nível médio e de nível fundamental, ninguém está sendo envolvido! Aí vem uma proposta para esta Casa, está correndo em regime de urgência, hoje na Comissão de Segurança foi discutida, uma reunião que acabou mais de meio-dia, o Mauro Moraes... Sou suplente lá, como não fui avisado da ausência do titular, não pude participar, porque tinha um evento na Secretaria de Estado da Saúde no mesmo horário, mas daí fui informado de que o Deputado Jacovós apresenta uma emenda da Polícia Civil importante, os policiais civis do Paraná merecem o nosso



respeito, aguardam há muito tempo essa questão, aí vemos novamente, além da exclusão desses profissionais que são vinculados ao SINSSP, profissionais da área da saúde, da área administrativa, aí propusemos uma emenda para ser discutida em Plenário quando for iniciar o mérito, que é na reunião Extraordinária. Infelizmente, entre o término da reunião da Comissão de Segurança e o contato com os Deputados, passou-se o prazo das duas horas. A emenda está pronta, conversei com o Presidente, não tem como, mesmo que a discussão do mérito aconteça na reunião Extraordinária e não nesta primeira reunião Ordinária, porque nesta reunião Ordinária de hoje o Projeto será discutido na sua constitucionalidade e a nossa argumentação não é pela inconstitucionalidade. Aí o que estávamos propondo? Que as funções... A nossa emenda era muito simples, que as demais funções de direção e chefia que são afetas, que são direcionadas à execução penal de assistências e administrativas, serão criadas e disciplinadas em lei própria, observada a Lei Federal n.º 7.210/1984, a Lei de Execução Penal, porque para nós está claro o peso e a importância dos profissionais que já citei na questão da segurança, agora, no sistema prisional do Paraná, temos mais de 500 profissionais que atuam em outras funções tão nobres, tão importantes e também com riscos. Então, faço um apelo aqui ao Governo, ao Líder do Governo, que frente à impossibilidade de apresentarmos essa emenda de Plenário, até mesmo porque as coisas vieram em regime de urgência, a discussão acabou bem na hora do almoço, a dificuldade de encontrar os Deputados e também de alimentar o sistema, porque temos aqui o compromisso de bem mais do que cinco Deputados para fazer a assinatura dessa emenda que iríamos discutir no mérito, no período de quando entrar essa discussão na Sessão Extraordinária, Presidente. Então, o apelo que faço, parece que é o último recurso que nos restou, é um apelo à Liderança do Governo, para que o Governo mande uma mensagem, encaminhe a esta Casa alguma situação, que evite essa distorção e esse erro... (É retirado o som.)



**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Deputado Michele, por favor, para concluir.

**DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB):** Concluindo, Presidente. Não somos contra avanços para o policial penal, reconhecemos o seu valor. Votei a favor aqui disso também. Não somos contra a emenda do Deputado Jacovós, que apresentou na Comissão, e também quero aqui elogiar o Deputado Mauro Moraes. O Deputado Mauro Moraes não apresentou um pedido de vista, que ele poderia fazê-lo, para não prejudicar uma discussão, mas, gente, o que o Estado do Paraná vai fazer com esses 541 funcionários? Eles estão no limbo. Eles merecem o nosso respeito. Então, faço esse apelo final ao Líder do Governo, para que, por meio do poder que o Executivo tem, mande a esta Casa proposta para que possamos fazer essas correções, para que esses profissionais possam seguir trabalhando e que suas direções e suas chefias... (É retirado o som.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Pois não, Deputado.

**DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB):** Sejam pessoas compatíveis com a formação e com o conhecimento de cada área. Obrigado.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Próximo orador, Deputado Galo.

**DEPUTADO GALO (PP):** Senhor Presidente, Mesa Diretora, quero falar do Funarp. O Presidente Traiano se ausenta neste momento, mas com certeza o nosso Presidente tomará conhecimento a respeito do que estou me preparando para falar aqui. Quero falar da constitucionalidade do Fundo de Apoio ao Registro Civil de Pessoas Naturais, Funarp. Senhoras e senhores, o Funarp, é por meio desse fundo que os pequenos cartórios do interior do Estado do Paraná poderão sobreviver. Os grandes cartórios, meu prezado Presidente Turini – honro em vê-lo Vossa Excelência tocando a nossa Sessão – os grandes cartórios não



necessitam do Funarpen. Agora, quem está no interior, registro de óbitos, registro de casamentos e tudo o mais que compõem de uma forma gratuita, o Funarpen pode repor essa condição de manter o pequeno cartório, às vezes, só o cartorário, um funcionário, em funcionamento. Mas em favor de quem? Da população pobre. Da população pobre, Excelentíssimo Sr. Romanelli, que está ali concentrado nas suas leituras. Solicitar a esta Casa, então, já que esse Projeto de Lei depois de uma Audiência que tive com a Doutora Mônica, Presidente da Anoreg, que me comunicou que o Projeto de Lei está na Casa desde abril. Há de se buscar então um prazo para se colocar isso em votação, para que ninguém tome conta daquilo e queira pegar para si o que pertence, na realidade, aos pequenos cartórios do interior do Estado do Paraná. O Funarpen tem na sua lida principal, no seu objetivo principal, buscar a arrecadação por meio de selos e os preços de selos são mínimos, para que possamos manter os pequenos cartórios funcionando. Senão vejamos. Como é que o cartório, no interior do Paraná, poderá ficar aberto, quando ele não tem condições financeiras, nem de manter o cartorário que passou no concurso e optou, então, ir para o interior do Paraná para beneficiar quem? Uma população mínima, uma população na grande maioria carente. Mas, por exemplo, se o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná resolver: *Não, manda para mim.* Não se pode aceitar, afinal de contas, o Supremo já colocou que é constitucional o Funarpen. Mas em vez de passar por um Conselho, que seja ele então norteado por meio de uma lei, a lei que está aqui na Assembleia Legislativa desde abril. Como Deputado, não consegui entender por que uma lei tão importante não é colocada aqui para ser votada. O Deputado Fruet passou aqui me dando tchau. Então, tchau, Fruet. Senhoras e senhores, faço um apelo aos Sr.<sup>s</sup> Deputados, faço um apelo à Mesa Diretora, Deputado Traiano, Deputado Romanelli, Deputado Turini, para irmos buscar de uma maneira rápida e colocarmos aqui para que esta Casa de Leis possa decidir, então. Já faço o apelo de uma forma favorável ao Funarpen, porque senão, senhoras e senhores, teremos no interior do Estado do Paraná o fechamento dos pequenos cartórios,



porque, por meio do Funarp, eles poderão receber, inclusive, a sua manutenção. Receberão o apoio, para que eles possam permanecer com os seus cartórios abertos. Mas quem mais ganha? É uma palavra, viu, Deputado Gilberto, Vossa Excelência que, como eu, gosta de tratar das coisas populares, em especial dos nossos carentes, atender à população pobre. Como venho deste chão do mundo, conheço bem a questão do que é ser pobre, do que é lutar e pedir graciosidade, peço e apelo ao Presidente Traiano, na sua alta sensibilidade, que tão logo... (É retirado o som.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD):** Deputado Galo, por favor, para concluir.

**DEPUTADO GALO (PP):** Para concluir, então, Deputado Turini. Lembrando que o Supremo já decidiu. Só que o Funarp tem que ser decidido aqui o seu andamento. Tem gente grande de olho, louquinho para pegar o Funarp e levar para lá. É só uma questão de legalidade. O Funarp, acima de tudo, é para manter os pequenos cartórios, atendendo à população carente, atendendo à nossa população tão pobre e tão necessitada. Vamos tirar o direito até dessa graciosidade? Por enquanto, Sr. Presidente Turini, era isso que queria colocar sobre o Funarp aqui, que é constitucional segundo o nosso Supremo. Grato. Vida longa, Turini!

**SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD):** Próximo orador, Deputado Goura.

**DEPUTADO GOURA (PDT):** Obrigado, Deputado Turini, que preside a nossa Sessão. Quero saudá-lo, saudar a nossa Mesa, a todos os Deputados, servidores, cidadãos paranaenses e os estudantes que estou vendo aqui acompanhando a Sessão. É muito bom, venham sempre e espalhem a mensagem para todos, que a Assembleia é aberta à juventude, que cada vez mais tem que acompanhar a nossa política. Senhor Presidente, quero fazer um registro que logo, na semana



passada, eu, o Deputado Tadeu Veneri, o Deputado Lemos, a Deputada Luciana estivemos na abertura da 19.<sup>a</sup> Jornada de Agroecologia. A Jornada ocorreu nesses dias aqui no Câmpus da Universidade Federal, no Câmpus Rebouças, e Deputado Tadeu Veneri, acho que a mensagem mais clara e mais forte que podemos trazer da Jornada é de que é necessário repensarmos o modelo de agricultura vigente no Brasil. Um modelo que mais recebe subsídios, que mais recebe apoio do Governo, não é o modelo mais saudável para a terra, não é o modelo mais saudável para as pessoas. Aqui, mais uma vez, reforçamos que a agroecologia é o caminho para termos real sustentabilidade. Quero parabenizar Vossa Excelência, que hoje fez essa homenagem muito importante aos técnicos, que há décadas trabalham para o desenvolvimento da agricultura e da pesquisa no Estado do Paraná. E sabemos, Deputado Turini, da importância que o Paraná tem para o cenário agroecológico de todo o Brasil, mas ainda é muito pouco, temos que potencializar isso e temos muita força, Deputado Gilberto, para que isso seja realmente uma referência mundial. Então, a agroecologia e a jornada que ocorreu esses dias aqui no Paraná, ela reforça essa mensagem. O Deputado Tadeu Veneri tem projetos importantes para termos no Paraná uma zona livre de agrotóxicos, livre da pulverização e que esses produtos sejam utilizados com mais e mais parcimônia, mais e mais cuidados com a saúde das pessoas e com a saúde da terra. Também aproveito, Sr. Presidente, para fazer um breve relato, Deputado Luersen, nesses últimos dias tivemos uma Audiência Pública sobre a pesca artesanal do nosso litoral paranaense. Tivemos no museu de arqueologia da Universidade Federal do Paraná, reunidos com, desde a Capitania dos Portos aos pescadores, representantes das colônias, aos movimentos que trazem a pauta da pesca artesanal, institutos de pesquisa e também representantes do Governo, do IDR. Até saudar o Deputado Justus, o filho dele, Prefeito de Guaratuba, Roberto Justus, acompanhou a Audiência e prestigiou o nosso debate lá. O que queremos? O fortalecimento da pesca artesanal do nosso Estado, o fortalecimento dessa atividade que é fonte de renda para mais, há discrepância



nos números, de 5 mil a 9 mil pescadores artesanais do nosso Estado, do nosso litoral, que precisam de mais apoio do Governo do Estado. Estamos falando de pescadores que têm, na atividade da pesca, a fonte de renda para as suas famílias, desde a Baía de Guaraqueçaba até a Baía de Guaratuba, mas, Deputado Bazana, que encontram vários problemas, várias dificuldades, desde a falta de infraestrutura, desde a falta, Deputado Romanelli, do subsídio para o óleo *diesel*, que é uma demanda que foi trazida, que já é realidade em outros estados, como o estado de Alagoas, e que o Paraná precisa, sim, ter uma política moderna, ousada, para a pesca artesanal no nosso Estado. O Governo do Estado e o Governador, se não me engano ontem mesmo, apareceu em Matinhos, mostrando com orgulho, temos críticas e questionamentos sobre a maneira como isso está sendo feito, um investimento de quase R\$ 600 milhões para a orla de Matinhos. Acho que o Governo do Estado, em especial o Governador Ratinho Junior, devia pegar um estudo que foi feito na gestão anterior, gestão que ele trabalhou, que é o Plano de Desenvolvimento Sustentável do nosso litoral, um documento muito profundo, que foi feito com muito debate, com muita Audiência Pública, que propõe a sustentabilidade do nosso litoral. E acho que tem uma falha no Governo atualmente na maneira como esses recursos estão sendo colocados. Não somos contra a obra da orla, mas ela precisa ser feita, Deputado Bazana, com atenção aos critérios científicos, com um olhar para o desenvolvimento completo do nosso litoral. Temos comunidades lá em Guaraqueçaba, já falamos aqui em Plenário, que não têm sequer energia elétrica... (É retirado o som.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD):** Deputado Goura, para concluir.

**DEPUTADO GOURA (PDT):** Obrigado, Presidente. Comunidades como Sebuí, Fátima, Barbados, Barra do Ararapira, que não têm nem energia elétrica, em pleno 2022. Estamos falando de uma precariedade no atendimento à saúde, de Guaraqueçaba que não tem o seu acesso terrestre garantido, enquanto isso o



Governo prioriza um investimento milionário que tem questionamentos inclusive com o próprio Ministério Público pedindo a sua suspensão. Mas o que queremos, Deputado Tercílio, nosso Presidente hoje, é a valorização da pesca artesanal, dos pescadores e das pescadoras de todo o nosso litoral. E, nesse sentido, faço mais uma vez uma palavra de elogio, de agradecimento aos servidores do IDR, que estão trabalhando com afinco, com dedicação, para que essa realidade da pesca seja cada vez mais fortalecida em nosso Estado. Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD):** Passamos ao horário das Lideranças. Com a palavra, Deputado Ricardo Arruda.

**HORÁRIO DAS LIDERANÇAS:** Usaram da palavra os Sr.º Deputados: Ricardo Arruda (PL); Soldado Adriano José (PP); Mabel Canto (PSDB); Tadeu Veneri (PT); Arilson Chiorato (Oposição); e Marcio Nunes (Governo).

**DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL):** Senhor Presidente, demais colegas Deputados, Deputadas e os que nos acompanham na *TV Assembleia* e demais mídias. Bom, creio que a maioria dos senhores acompanhou a fala do Ministro Barroso lá em Oxford, na Inglaterra, uma palestra que ele deu. Por que estou citando isso? Porque outro dia o TSE cassou um Deputado aqui do Paraná, muito bem voltado, por dizer *fake news*. Deputado Romanelli, o que é *fake news*? Quem que considera uma verdade ou uma *fake news*? É o Supremo? Será que vamos ficar nas mãos deles? A nossa verdade de repente não é verdade. Se falo aqui que esse terno azul marinho, ele pode falar que é *fake news*, que estou mentindo, é isso que está acontecendo, porque esse Ministro Barroso teve a cara deslavada de ir lá e dizer o seguinte: *Que queriam aprovar um retrocesso aqui nas urnas, nas eleições do Brasil, que o projeto seria para voltar às urnas na contagem do voto impresso, na contagem manual.* Veja o que esse sujeito falou. O projeto que aqui tinha, lá com os Deputados Federais, era a evolução da urna eletrônica, voto



eletrônico com o comprovante, com o voto impresso que ficaria nas urnas, a contagem seria feita normalmente pelo voto eletrônico. Caso tivesse algum problema, alguma dúvida, ou alguma suposta fraude, seria confrontado o voto eletrônico com o voto físico, que é o que o mundo inteiro já fez. A urna eletrônica já evoluiu, já está na terceira geração, e nós aqui no Brasil na primeira. A Argentina, que é um país muito menor do que nós, em todos os sentidos, já está na terceira geração da urna eletrônica. É urna eletrônica, com o voto impresso e código de barra. A segunda geração é urna eletrônica com o voto impresso. Agora lá colocaram ainda o código de barra para ficar mais seguro e mais transparência. Será que vamos ter que aturar esse Ministro, desprovido de moral, de credibilidade, ir fora do País mentir em relação ao País ao qual ele é Ministro? É vergonhosa a atitude dele. E aí, Ministro Alexandre de Moraes, uma pergunta: Você vai tirar ele do cargo agora ou não? Ou vocês podem falar *fake news* e o resto do Brasil não pode? Se você tivesse vergonha na cara e realmente tivesse hombridade, vocês dariam uma punição para esse Barroso, que é um divulgador de *fake news*, Ministro 100% *fake news*. Aí neste dia que ele falou, não adianta não é, porque a verdade aparece, pode estar fora do País, aonde for, uma pessoa gritou lá: *O senhor está mentindo, não é esse o projeto da urna eletrônica que queremos. Queremos urna eletrônica com o voto impresso como garantia, que vai ficar dentro da urna, ninguém vai pegar o voto também.* Outro falou para ele também, olha a vergonha que ele passou, outro cidadão falou: *Como vamos confiar nas urnas se o cara que vai presidir foi o que liberou o maior ladrão do Brasil?* Ele estava falando do Lula. Outro ainda falou: “Não há déficit de civilidade no Brasil”, que o Ministro Barroso falou isso, que estamos passando por um processo que falta civilidade no Brasil. “Mas déficit de honestidade por parte de Vossa Senhoria e alguns outros”. Foi isso que ele ouviu em Oxford, na Inglaterra. Achei muito bom, para ver que a população não é boba, não cai para grupo mais. Como que pode? Vamos lembrar um pouquinho aqui, vamos lembrar um pouquinho aqui do “descondenado” Lula. Vamos lá, Presidente Tercílio. O STF



“descondenou” o Lula, certo? Porque diz que ele foi condenado em um município errado, o CEP errado, vai, não importa o crime, o que importa é o CEP ter mais valor que o crime. Porém, tiveram 80 delações, 32 Juízes o condenaram, 80 milhões em propinas, mais de três evidências contra, 5X0 no STJ, 3x0 no TRF4, 1x0 na Vara Criminal de Curitiba. Foi condenado de todas as acusações. Aí o Supremo resolve dizer que o CEP não era lá para ser julgado. Isso é a maior vergonha jurídica que o Brasil já teve. E ninguém no Brasil suporta isso. Tanto é que esse “descondenado” continua preso pelo povo. Ele não pode andar nas ruas. Tivemos agora, o nosso Presidente da República Jair Bolsonaro, lá em Caruaru, em várias cidades que ele foi lá, era uma multidão de gente na rua. E o Lula, onde ele estava? Ah, ele estava dentro do Hotel. Não desceu, Deputado Adelino, nem para tomar o café da manhã no salão para não ser vaiado, com medo do povo. E saiu escondidinho no carro para um movimento fechado que o PT fez para ele. Aqueles com pão de mortadela e artistas de esquerda que vão cantar para chamar gente. Essa é a vergonha descarada das pesquisas compradas, infelizmente por algumas empresas. Datafolha já virou piada, que dizem que o Lula está na frente, porém o *Datapovo*, o povo na rua, só vemos a favor do Presidente Bolsonaro. Então, Ministro Alexandre de Moraes, *fake news* das pesquisas, o senhor vai se calar? Ou vocês vão querer dizer, lá na frente, foi uma suposta fraude nas eleições, *ah, a pesquisa já dizia*. Pesquisas mentirosas, que não mostram a realidade. Nunca vi um candidato, principalmente a um cargo executivo, ficar com medo do povo, longe do povo. E todos sabemos, Deputado Plauto, o Lula é um prisioneiro do povo brasileiro. Todos sabem o mal que ele causou ao nosso País. Ele saqueou, roubou, mentiu, falou mal do Brasil lá fora. Essa cambada comunista é algo que não tem explicação, não. Tivemos agora, nesse final de semana, um cidadão chamado Marcelo, negro, pobre, desempregado que deixou de ir ao aniversário da neta para ganhar R\$ 180,00 trabalhando honestamente. Foi morto por marginais que assaltaram um *shopping* no Rio de Janeiro. Não vi nenhuma ONG de Direitos Humanos falar nada. Não vi



aquele Senador, que é uma piada, o Randolfe, falar nada. Não vi nenhum Deputado do PSOL ou do PT falar nada, mas quando mataram a Mariele: *Ah, meu Deus, mataram a Mariele. Quem matou a Mariele?* Virou até filme. Uma mulher que era envolvida com as comunidades do tráfico do Rio de Janeiro. Todo mundo sabe quem matou. Agora, esse cidadão, um homem de bem, negro, pobre, sem emprego, que foi *fazer um bico*, morreu e ninguém fala nada. Essas narrativas infundadas da esquerda ninguém acredita mais. Acho que nem eles acreditam. Não podemos permitir que passe em branco algo desse tipo. E temos que cobrar do STF, que ele haja corretamente dentro da Constituição Federal. Não da maneira que eles querem achar dizendo que é *fake news*, o que não é. *Fake news* são eles que só mentem. Querem ver outra barbaridade? Agora vão aumentar a segurança dos Ministros. Fizeram, agora, um edital para comprar fuzis. Vão gastar 50 milhões em fuzis. Ora, se esse mesmo Supremo é a favor do desarmamento do povo de bem, que diz que tem a polícia para defender, e para eles é diferente? A polícia não vai defender? Eles têm que ter gente muito bem armada? Se eles proíbem a policial do Rio de Janeiro de ir às comunidades combater o tráfico, defendendo bandido, e agora o bandido pode estar armado, roubando a traficando. E o povo de bem fica ao léu... (É retirado o som.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD):** Deputado Arruda, para concluir.

**DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL):** ... que se julgam deuses, ficam lá tomando vinho caro, champanhe, lagosta e cheio de segurança em volta. Se alguém quer aumentar a segurança e comprar fuzil porque está tramando alguma coisa errada, está com medo de alguma reação. Essa é a verdade. Qualquer pessoa de bom senso vai entender assim. Ninguém, da noite para o dia, resolve comprar 50 milhões em fuzis. Esse valor deveria dar para a polícia, para ficar bem armada, não para defender capa-preta, que pouco faz de bem para o Brasil, ao contrário, só prejudica o desenvolvimento do nosso Brasil. Obrigado.



**SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD):** Solicitamos ao nosso 1.º Secretário, Deputado Romanelli, que faça a leitura de uma mensagem que acabou de chegar à Casa.

**SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD):** Senhor Presidente, o Governador do Paraná, Carlos Massa Ratinho Junior, enviou à Casa a Mensagem n.º 51/2022, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o pedido de prorrogação do Decreto Legislativo n.º 1, de 24 de março de 2020, que reconheceu o estado de calamidade pública no Estado do Paraná, por 45 (quarenta e cinco) dias improrrogáveis, ainda em virtude da pandemia reconhecida pela Organização Mundial da Saúde decorrente da Covid-19, em função dos leitos que estão contratualizados para atendimento à população que contrai a doença do coronavírus. Deve ser votada, Sr. Presidente, durante esta semana ainda, mas uma mensagem importante aqui.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD):** Próximo orador, Deputado Soldado Adriano José.

**DEPUTADO SOLDADO ADRIANO JOSÉ (PP):** Senhor Presidente, Sr.<sup>as</sup> Deputadas, Sr.<sup>o</sup> Deputados, público que nos assiste. Subo aqui à tribuna, mais uma vez, para falar sobre uma pauta que temos cuidado dela desde o início do nosso mandato e que se refere diretamente à Polícia Militar aqui do Estado do Paraná, que é sobre o avanço dos Praças para o oficialato da Polícia Militar. Hoje sabemos que já existe uma lei aprovada, desde 2006, que é a Lei n.º 15.349, de 22 de dezembro de 2006, que trata sobre QEOPM. Esse concurso que hoje dá possibilidade de o Praça, de o soldado ao subtenente, avançar para o oficialato, ele ficou no imbróglio no STF. O STF pacificou. O Projeto de Lei é constitucional. O que precisava ser feito agora para que esses avanços pudessem ocorrer na prática? Precisava apenas que o Comando-Geral da Polícia Militar abrisse as vagas para o concurso interno e, no mínimo, cem Praças da Polícia pudessem



galgar o posto de oficiais da Polícia Militar, mas fomos pego de surpresa recentemente, o Projeto de Lei n.º 746 de 2021, que estava parado aqui nesta Casa desde o ano passado, voltou a transitar e hoje está na CCJ e está sendo relatado pelo Deputado Tiago Amaral em regime de urgência. Primeiro, quero dizer que esse Projeto não tem nada de urgente. É um retrocesso para a Polícia Militar do Estado do Paraná, principalmente, claro, obviamente para a base da Polícia Militar. Pedi vista nesse Projeto hoje na CCJ, por entender que, caso esse Projeto seja aprovado aqui nesta Casa de Leis, estaremos *dando uma facada no peito* dos Praças da Polícia Militar aqui do Estado do Paraná. E quero agradecer os Deputados da CCJ aqui, o Presidente Deputado Nelson Justus, Deputado Marcio Pacheco, que hoje estava representado pelo Dr. Batista, Deputada Mabel Canto, Deputado Homero Marchese, que fez um substitutivo, um voto em separado, quero agradecer ao Deputado Tadeu Veneri, ao Deputado Jacovós, ao Deputado Ricardo Arruda, à Deputada Cristina Silvestri também, ao Dr. Batista, como citei, ao Deputado Douglas Fabrício, que lá esteve, ao Tião Medeiros, por entenderem a importância desse pedido de vista. Pedi vista nesse Projeto para que possamos chegar a um entendimento, porque aqui nesta Casa, Deputado Romanelli, em 2006, Deputados Romanelli, Traiano, Alexandre Curi, Artagão Junior, Tadeu Veneri, Professor Lemos, Douglas Fabrício, Luiz Carlos Martins, Nelson Justus, Plauto Miró, que são os Deputados que consigo lembrar, de momento, aprovaram essa lei que entrou para a história da Polícia Militar, que é a Lei do QOPM. Essa lei trouxe dignidade para os nossos Praças da Polícia Militar. E hoje uma minoria de Oficiais dentro da Polícia Militar do alto-comando, quer acabar com essa lei por não aceitar o fato de um Praça, de um Soldado da Polícia Militar poder chegar ao posto de Coronel da Polícia Militar.

**Deputado Tiago Amaral (PSD):** Concede um aparte, Deputado?

**DEPUTADO SOLDADO ADRIANO JOSÉ (PP):** Então, assim, peço para que a coerência e a justiça sejam levadas em consideração nas tratativas desse Projeto,



para que não retrocedamos, fazer com que os nossos Praças percam e percam muito. E se realmente aqueles que dizem que querem avançar, querem avançar, tenhamos coragem. Peguemos a Lei do POQM, que é a única alteração que precisa ser feita aqui, no seu art. 11, onde diz que o requisito básico para se candidatar ao curso, é ter no mínimo cinco anos de polícia para ingressar no QOPM. O que precisa ser feito para que a lei daí, sim, fique 100%? É que se tenha, no mínimo, dez anos de polícia para poder fazer o concurso. Dizer que o COA atende a todos e faz com que não acabe com o quadro do QOPM é um ledo engano, porque o que está se defendendo no COA, hoje, a Lei do QOPM já diz que 50% das vagas dessa lei, elas são, única e exclusivamente, dos primeiros Sargentos e dos Subtenentes. O QOPM hoje atende do soldado ao subtenente, o QOPM dá o fluxo de carreiras; o QOPM, por uma questão de justiça, é o que atende a toda a base da Polícia Militar. Deputado Tiago, o senhor está pedindo um aparte? Ok.

**Deputado Tiago Amaral (PSD):** Deputado Adriano, só para..., não quero interferir no seu pronunciamento, mas só faria uma solicitação, que pudesse esclarecer que a emenda que apresentei na CCJ garante a não extinção do QOPM. O que apresentei na CCJ foi uma emenda que retira todos os dispositivos que previam a extinção do QOPM, tiramos tudo isso do Projeto, portanto, hoje, o Projeto ele apenas propõe a criação de um novo quadro. Na verdade, o que está em tramitação, hoje, depois da emenda apresentada por mim, não extingue o QOPM, ao contrário, tem inclusive um dispositivo que foi apresentado lá que determina que para a ocorrência do concurso do COA, que você tenha também que fazer o concurso do QE, coisa que você sabe que não acontece já há dez anos. Portanto, se forem, efetivamente, fazer o COA, têm, necessariamente, que fazer também o QE. Com a minha emenda, não tem absolutamente nenhuma das duas estruturas sendo extintas, pelo contrário, estamos criando duas estruturas. Isso foi um trabalho feito com o próprio Governo do Estado e na sequência também até



mesmo consultei V.Ex.<sup>a</sup>. Só para deixar isso claro para não parecer que é alguma coisa da emenda que esteja extinguindo algum dos quadros.

**DEPUTADO SOLDADO ADRIANO JOSÉ (PP):** Entendi o posicionamento de V.Ex.<sup>a</sup>, Deputado Tiago, mas é justamente isso que estou dizendo. O fato de esta Casa defender esse Projeto de Lei, o COA, não tem necessidade de discutirmos COA aqui. Por que o COA vai defender quem? O 1.<sup>º</sup> Sargento e o Subtenente. É justo defendermos o 1.<sup>º</sup> Sargento e o Subtenente? É óbvio que sim! Mas a Lei do QEOPM, aqui 50% das vagas existentes no QOPM já são para o 1.<sup>º</sup> Sargento e o Subtenente. Então, o QEOPM atende ao Soldado, ao Sargento e ao Subtenente, atende a todos de uma forma equânime. Não precisa querer implantar um novo quadro que vai virar uma bagunça, vai mexer com a base da Polícia Militar, sendo que o que temos que fazer – vou repetir – é pegar essa Lei do QOPM, pedir para o Governador mandar aqui para a Assembleia Legislativa, alterarmos o artigo, o 11.<sup>º</sup> que diz do tempo de serviço que é cinco anos, mudarmos para dez anos, e fazer com que o Comando da Polícia abra o concurso. É óbvio que o QOPM não é funcional, ele está dez anos sem abrir o concurso. E por que ele está há dez anos sem abrir o concurso? Vou falar o português claro aqui, quem fala a verdade não merece castigo, porque muitos oficiais que fazem parte do alto-comando da Polícia Militar não aceitam o fato de um Praça, de um Soldado da Polícia Militar, ser Coronel da polícia! Uma verdadeira palhaçada, uma verdadeira aberração. Penso que temos que avançar, temos que fazer os enfrentamentos necessários e cumprir o que já existe nessa lei que foi aprovada aqui em 2006 e abrir as vagas do QOPM que é o grande anseio, hoje, da grande maioria esmagadora da base da Polícia Militar do Estado do Paraná. Seria isso, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD):** Com a palavra, Deputada Mabel Canto.



**DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB):** Boa tarde, Presidente. Boa tarde às Deputadas, aos Deputados, a todos que nos assistem. Hoje subo a esta tribuna para falar sobre dois assuntos. O primeiro sobre um alívio, uma sensação de justiça. Há alguns meses trouxe aqui o caso de uma soldado da PM que havia sido vítima de assédio sexual dentro de um Batalhão aqui do Estado do Paraná. O processo que embasava a denúncia dessa soldado acabou sendo arquivado sem terem analisado as provas e as circunstâncias do fato. Ela recorreu e na semana passada, uma semana que foi uma semana muito pesada para as mulheres do nosso País, com os casos que aconteceram de estupro, onde duas mulheres, ou melhor, uma criança foi julgada e uma mulher de 21 anos também julgada pelas suas atitudes após esses atos de violência, mas nos traz um alento, porque o assédio sexual que essa PM, que essa soldado havia recebido de um oficial, ele foi reconhecido pela nossa polícia, foi reconhecido. O processo foi reconhecido e, enfim, tivemos um pouco de justiça, Deputado Romanelli, para essa soldado que já estava emocionalmente abalada com o fato, ela e sua família, pelo fato do assédio; ficou abalada quando arquivaram o procedimento, mas recorreu. E, enfim, tivemos, então, um pouco de justiça, que traz justiça não só para ela, mas para todas nós, mulheres, aqui do nosso Estado, para todos esses casos de violência que estamos vendo e serve também para que outras mulheres denunciem os casos. Não só as que são soldados, mas as civis também. Temos Justiça, sim, neste País, e isso foi comprovado na semana passada com essa decisão. Chega de impunidade. Outro assunto que me traz a esta tribuna aqui, hoje, é uma notícia que vi da Agência Estadual de Notícias que fala que a Central de Encaminhamento para Leitos Hospitalares atende a quase 2 mil paranaenses por dia; que 91,5% dos leitos das transferências foram concluídos em até 24 horas. Ainda diz que, nesse período, 2,4% das solicitações tiveram tempo médio de espera maior que um dia e 6,1% foram finalizadas após o período de 48 horas. Pois bem. Esse 91%, então, das transferências e dos leitos em menos de 24 horas, em até 24 horas, é no Estado e esses outros 9% acham que é lá em Ponta



Grossa, porque, definitivamente, continuamos vivendo o caos na saúde. Estou aqui com um Ofício da UPA Santana, da Diretoria Técnica da UPA Santana, que foi enviado para um Diretor da 3.<sup>a</sup> Regional de Saúde de Ponta Grossa, na data de hoje, informando, Deputado Plauto, que temos 13 pacientes aguardando por leitos na UPA Santana, neste momento. Destes, um está esperando há nove dias. Outra senhora, que tem uma fratura no braço, está aguardando há 10 dias. Outro, com pneumonia, há seis dias. Uma senhora, que inclusive o filho está denunciando o caso nas redes sociais, está aguardando há sete dias. Ela tem uma fratura de colo de fêmur. Outro paciente de pneumonia aguardando há cinco dias. Uma idosa com neoplasia, com tumores, está há quatro dias aguardando um leito de transferência. No mínimo aqui que tenho, são três dias. Então, em nada, em nada, absolutamente nada lá na UPA Santana, em Ponta Grossa, pelo menos, está dentro desta notícia aqui do Governo do Estado, que fala que em 24 horas 91% dos casos foram transferidos. Isso não é a realidade de Ponta Grossa e dos Campos Gerais. Cito aqui o caso, por exemplo, do Fernando, um jovem cujo pai fez uma filmagem que está rodando na internet. O Fernando estava com fraturas nas mãos e nos braços, cinco dias no corredor da UPA Santana aguardando um leito. Cinco dias tomando um soro, mal tinha passado pelo médico. Deram uma cadeira para ele sentar, uma cadeira. A família fez o quê? Pegou um colchão hospitalar, emprestou um colchão hospitalar, levou para a UPA e colocou em cima de uma maca, para que ele ficasse um pouquinho mais confortável ali no corredor da UPA Santana. Os procedimentos como esses, considerados até procedimentos simples na ortopedia, eram realizados no Pronto-Socorro Municipal, que foi fechado no dia 1.<sup>º</sup> de abril pela Prefeita de Ponta Grossa, Elizabeth Schmidt, local esse que, na semana passada, aventaram a possibilidade de se fazer um convênio para se transformar em um centro de traumas, mas de oficial mesmo absolutamente nada. Como aventaram, como falaram que teríamos 63 leitos abertos lá no Hospital Regional de Ponta Grossa, Hospital Universitário. Também só falaram, só fizeram vídeos, mas na hora de concretizarem, nada, silêncio



absoluto. Esse é o estado da saúde na nossa cidade, em que aventurem, jogam promessas, principalmente porque é um ano eleitoral, mas de concreto mesmo é o sofrimento da nossa população. Treze pacientes, neste momento, aguardando na UPA, 13 pacientes. No mínimo, são três dias que eles estão lá. O outro há 11 dias. O povo vai sofrendo, sofrendo, e as promessas não estão acontecendo, porque o ano é eleitoral. Por fim, aproveitando essa questão dos anúncios, preciso aqui fazer justiça nesta Casa também. Há um anúncio que foi feito, na semana passada, para a região dos Campos Gerais: a Ambev, uma nova fábrica da Ambev, não é, Deputado Plauto, que será instalada lá no município de Carambeí. Inclusive, parece que Ponta Grossa também estava na disputa, mas perdeu por alguma razão que ainda desconhecemos, mas é claro que ficamos muito felizes porque Carambeí é uma cidade irmã de Ponta Grossa, que tanto trabalhamos também pela população. É uma empresa que vai gerar, além dos empregos, renda para o município, e foi uma conquista de uma Prefeita muito batalhadora, trabalhadora, que é a Prefeita Elisangela Pedroso, que é uma Prefeita simples, de poucos discursos, mas que trabalha muito. Ela iria fazer o anúncio dessa nova fábrica lá em Carambeí, com a direção da Ambev e com o Governador Ratinho Junior, mas aí um “caroneiro” de plantão, o mesmo que, por exemplo, anunciou 63 leitos lá no Hospital Regional esses dias e que não se concretizou, fez um vídeo dizendo que a diretoria da Ambev tinha o aviso sobre a nova fábrica e a instalação, como se ele fosse o gestor do município. Ele nada mais é hoje do que um Deputado Federal, que tem os seus méritos em algumas coisas, mas não nesta questão. Essa foi uma questão tratada pela Prefeitura de Carambeí, pela Prefeita de Carambeí, Elisangela, que só não havia anunciado por respeito e pelo sigilo que a empresa havia pedido, Deputado Requião Filho, mas antes que ela pudesse fazer isso, inclusive em conjunto com o Governador, o Sandro Alex foi lá e anunciou nas redes sociais... (É retirado o som.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Deputada Mabel, por favor, para concluir.



**DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB):** Tentando ele dar a entender que a conquista tinha partido, tinha a participação dele, o que não é verdade. Então, precisamos fazer justiça aqui. E quero repreender o Governador, neste momento, também, porque ele fez um vídeo com o Sandro Alex do anúncio dessa fábrica lá em Carambeí e sequer citou a Prefeita Elisangela. Também faltou com respeito a uma Prefeita que estava lutando pelo município. Não posso deixar de falar sobre isso aqui. Anunciou com o Sandro, fez um vídeo lindo, anúncio para Carambeí, agradeceu à equipe do Governo do Estado e não agradeceu à Prefeita e à equipe lá de Carambeí. Que lástima, não é? Só anunciam quando é o grupinho. Os méritos são sempre todos deles. Quem trabalha, infelizmente, é esquecido.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Próximo orador, Deputado Tadeu Veneri.

**DEPUTADO TADEU VENERI (PT):** Senhor Presidente, Sr.<sup>s</sup> Deputados, Sr.<sup>as</sup> Deputadas. É incrível como ainda tem gente que acredita que o Presidente Jair Bolsonaro fala algo que possa ser levado a sério. Recentemente, Jair Bolsonaro fez um apelo emocionado, em uma quinta-feira, para que a gasolina e o *diesel* não tivessem os preços reajustados. No dia seguinte, a Petrobras, por meio da sua diretoria, reajustou. Aí o Presidente falou que iria fazer, em regime de urgência, a votação de uma PEC, uma PEC que colocaria combustíveis e energia elétrica, transportes, como serviços essenciais. Por isso, a limitação em 17% do ICMS em todos os estados, Deputado Plauto. E aprovou, aprovou em regime de urgência, com uma situação: todos os Senadores e Deputados Federais aprovaram que houvesse, segundo Jair Bolsonaro havia dito isso, que houvesse o cumprimento da promessa feita por Jair Bolsonaro de compensação, Deputado Requião, aos estados. Pois bem, Jair Bolsonaro sancionou, Professor Tercílio, mas com um veto. Qual o veto? O veto da compensação. É muita esperteza para um Governo só. Quer dizer, vamos perder, e aqueles que estão na área da educação sabem, não por acaso, estados e municípios estão entrando, entidades de educação



estão se organizando para que o STF possa também interferir nesse tipo de ação, mas, com a lei, o tributo estadual será no máximo 17% ou 18 em algumas Unidades da Federação. Iremos perder, segundo a estimativa do *Todos pela Educação*, o veto pode gerar perda de até R\$ 30 bilhões aos dois setores. O que é mais interessante: todos sabem que é necessário que tenhamos uma gasolina, um diesel a preços compatíveis. Mas aí fica uma pergunta. A justificativa de que o dólar está muito alto, que o preço do combustível do exterior está muito alto, existe. Todos os dias escutamos, mas quando a Presidente Dilma estava na crise que tivemos no período do seu Governo, o barril do petróleo estava a US\$ 115,00, entretanto o combustível aqui era 2,50 e o ICMS era 29%. Como é que agora o ICMS baixa para 17%, o barril de petróleo está 110,00 e a gasolina está 7,70? Aí Jair Bolsonaro inventa todo esse tipo de presepada para dizer que agora, com 17% no ICMS, vão baixar os preços do petróleo ou vão baixar os preços dos combustíveis. Não vão, porque não há como fazer essa redução se não mudarmos a paridade internacional. O Governo Bolsonaro realmente não faz mais questão de esconder que a única preocupação que ele tem agora é utilizar todos os recursos públicos para tentar a sua reeleição. Está 17 pontos, 20 pontos, 25 pontos atrás de Luís Inácio Lula da Silva e vai perder a eleição no primeiro turno, sabe disso, agora tenta fazer de todo jeito todas as coisas, inclusive aquelas que não são propriamente recomendáveis, para salvar, pelo menos tentar salvar a sua reeleição e levá-lo para um possível segundo turno. Ao mesmo tempo em que faz esses cortes, corta também para a Ciência, o Governo dificulta que as universidades públicas possam fazer captação de financiamento para pesquisa e trabalha para tirar recursos do pré-sal que atualmente vão para as instituições. Isso tudo mostra claramente a quem serve este Governo. Todo o valor apurado a ser retirado do Fundo Nacional de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia, dinheiro arrecadado de impostos, destinados especificamente para a pesquisa, vão cair os recursos de 4,5 bilhões para 2 bilhões, o que significa um corte de 44,76%, o menor recurso do orçamento efetivado em 2021. Segundo a Sociedade



Brasileira de Progresso da Ciência, fundos setoriais que compõem o Fundo Nacional de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia, como CT Mineral, CT Transportes, CT Biotecnologia, CT Informação, CT Amazônia e CT Aquaviário podem ficar completamente sem verbas, impedindo a realização de qualquer projeto de pesquisa e desenvolvimento dessas áreas no segundo semestre de 2022. Quem tiver a curiosidade e a paciência, leia o relatório da Pesquisa, Ciência e Tecnologia, da Sociedade Brasileira de Ciência Brasileira. É uma barbaridade, Deputado Requião, o que se faz! Agora, talvez Bolsonaro tenha vetado justamente porque era preciso impedir que fizéssemos o debate, que é o debate que está sendo feito todos os dias, da corrupção explícita no seu Governo. Se alguém tinha alguma dúvida, alguém tinha alguma dúvida da roubalheira no Governo Bolsonaro, da troca de delegados toda vez que investigam filho, investigam a esposa, investigam amigos, agora não tem mais nenhuma dúvida. Jair Bolsonaro trocou mensagens com o Ministro dito da Educação e os seus Pastores, um pouco antes disse que tinha certa premonição, certa impressão, só faltou dizer convicção de que estaria sendo investigado, mas o problema é que esse mesmo Ministro, desesperado, ligou para a sua filha contando que Jair Bolsonaro tinha lhe ligado há pouco para falar o que pensava a respeito das investigações da Polícia Federal que levaram à prisão do Sr. Ministro, que levaram à prisão dos dois Pastores que estavam em seu Governo, um deles que pedia que não trouxesse em dinheiro, trouxesse em ouro para compensar as emendas liberadas, outro que teve depósitos – quem viu os jornais no dia de ontem ou desde quarta-feira –, depósitos feitos nas contas dos filhos, das noras. Nem se preocupavam! São tão explícitos na sua corrupção que sequer se preocupavam em fazer qualquer movimento para dizer para o Prefeito ou para quem pedia recursos que tivesse outro mecanismo. Não, era explícito mesmo. Era: *Dá o dinheiro aqui, que liberamos a emenda lá*. Foram afastados e agora continuarão sendo investigados pela Polícia Federal e acredito sinceramente, Sr.<sup>s</sup> Deputados e Sr.<sup>as</sup> Deputadas, que as provas que já foram apresentadas são extremamente, extremamente



robustas e levarão, em poucos dias ou poucas semanas, aqueles mesmos Pastores e novamente o Ex-Ministro para a cadeira. E não há como negar, você tem documentado, são mais de 1.300 horas de gravação, são mais de 1.300 horas de Ministro, de assessor de Ministro pedindo dinheiro, pedindo ouro, pedindo tudo o que dá vontade. E aí fica a pergunta: Não era este o Governo que tinha acabado com a mamata? Ah, não, isso era dos outros governos. Não era este o Governo que dizia, por meio de Jair Bolsonaro, que bastaria boa vontade para baixar o preço do petróleo e internamente o preço dos combustíveis, da gasolina e também do óleo *diesel*? Não era este Governo que dizia que no seu Governo a Polícia Federal teria independência para investigar? Este mesmo Governo que naquela gravação feita falou com todas as letras, Jair Bolsonaro usou palavras de baixo calão para dizer que se quisessem ferrar com os seus filhos ele iria demitir o Delegado, demitir o Chefe da Polícia Federal e se não pudesse fazer isso iria trocar o Ministro, como fez, aliás, com o seu Ministro daquela época, que era Sérgio Moro. Então, fica aqui, todos os dias este Governo, cada dia mais, explicita a que veio. Veio para permitir a corrupção dos seus, o roubo explícito dentro da Petrobras, o roubo explícito para os seus Ministros e, claro, cada dia que passa cai mais um pontinho. Então, não vamos ter que esperar muito, não, vamos esperar até o dia 2 de outubro e daí é reconstruir o País. E porque foi dito aqui, acho que é preciso lembrar também, infelizmente, tivemos realmente uma morte de um segurança em um *shopping* de luxo no Rio de Janeiro. E perguntaram: *Esse homem estava lá fazendo um bico?* Não perguntaram por que *estava fazendo um bico*. Sabe por que, Deputado Requião, que ele *estava fazendo um bico*? Porque temos 10 milhões de desempregados, porque o Governo não se preocupa absolutamente com quem está passando fome. O Rio de Janeiro teve um aumento de 400% da... (É retirado o som.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Deputado Tadeu, um minuto para concluir.



**DEPUTADO TADEU VENERI (PT):** ... 400% de fome no Estado. Então, não perguntam por que ele estava lá; ele estava lá porque Jair Bolsonaro empurrou o País para o caos, porque Jair Bolsonaro não se preocupa, não tem sensibilidade. Ontem, quando todos falavam da morte do Dom, da morte do Bruno, quando todos, inclusive a Embaixada Inglesa, mandando representantes para a cerimônia que foi feita em homenagem tanto a Dom como ao Bruno, Jair Bolsonaro estava na praia fazendo as suas caminhadas e mandando de uma forma machista a Governadora de Santa Catarina se afastar. Aí tentaram dar uma maquiada, Requião, mas não tem jeito, todo mundo viu ele olhando para a mulher e falando: *Afaste-se, vá para trás.* É esse Jair Bolsonaro, machista, misógino e agora com uma corrupção para chamar de sua até o dia 2 de outubro, final do seu mandato.

**DEPUTADO DR. BATISTA (UNIÃO):** *Pela ordem*, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** *Pela ordem*, Deputado Dr. Batista.

**DEPUTADO DR. BATISTA (UNIÃO):** Senhor Presidente, Deputado Ademar Traiano, gostaria de convidar todos os membros da Comissão de Saúde, o Deputado Vice-Presidente da Comissão, Deputado Michele Caputo, o Deputado Marcio Pacheco, a Deputada Cristina Silvestri, o Deputado Ricardo Arruda, o Deputado Evandro Araújo e o Deputado Arilson Chiorato para amanhã, às 9 horas, 9h30, reunião da Comissão de Saúde para que possamos dar evolução, votar os Projetos que estão na pauta. Obrigado, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Esta Presidência registra a presença na Casa da Professora Isabel Jasinski, Professora da Universidade Federal do Paraná, da Professora Regiane Porrua e também do Gabriel Onesko, aluno da Universidade Federal do Paraná, por solicitação do Deputado Arilson Chiorato. Sejam bem-vindos. Com a palavra, Deputado Arilson.



**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** Presidente Traiano, boa tarde. Cumprimentando V.Ex.<sup>a</sup>, cumprimento todos e todas, em especial as professoras aqui da PEC Espanhol, cuja reunião está mantida amanhã para ser discutida por essa Comissão. Presidente, tinha me preparado para falar e vou falar no finalzinho do episódio da morte de um adolescente de 13 anos na cidade de Apucarana, nas proximidades do Colégio Cívico-Militar Professor Padre José Canale, mas percebi que o Deputado Luiz Claudio Romanelli, nosso 1.º Secretário, leu uma mensagem que veio do Governo do Estado. Fiz-me a preencher algumas anotações e fazer algumas reflexões. Em dezembro de 2021, o estado de calamidade pública no Estado do Paraná foi prorrogado até junho de 2022. Em março de 2022 foi promulgada a Lei 2.971, que revogava a lei anterior, que obrigava o uso de máscaras no Estado do Paraná, porque a pandemia do coronavírus já dava sinais de desaceleração. Ainda em março de 2022, a Secretaria de Estado publicou a Resolução 188/2022, que relaxa a utilização de máscara em todo o território, mantendo a obrigatoriedade do uso apenas em situações específicas. Esses dois últimos eventos somados à aprovação e à promulgação de uma lei, que impede a cobrança de comprovante vacinal, mostra que o Estado do Paraná não considera mais situação de calamidade pública a questão do coronavírus aqui em nosso Estado. Ao mesmo tempo, ao considerar essa situação de calamidade pública, o Estado a utiliza em quase tudo, mas ela não foi o suficiente para ser utilizada nos gastos da saúde, da Secretaria da Saúde do Estado. Nos três anos, 2019, 2020 e 2021, o Estado simplesmente cumpriu a meta fiscal de 12%, de 12.2 a 12.5%. Ou seja, a Lei da Calamidade Pública valeu para tudo, menos para a saúde no Paraná, usada para várias coisas. Para se ter uma ideia, nesse primeiro quadrimestre, não chegou a 5% de investimento em saúde. Aí, vem o Decreto 11.496, que prorroga mais uma vez a calamidade pública até o dia 14 de agosto de 2022. Claro que esse decreto precisa de autorização aqui desta Casa. Ou seja, *pari passu*, a cada dia, é um sinal de despreparo do Governo. Para que é essa prorrogação? Para ter benesses orçamentárias, manuseios tributários. É essa a



finalidade da prorrogação do estado de utilidade pública, para investir em saúde, não é verdade. Então, fica aqui esse registro. Quero fazer aqui fazer um alerta sobre o que ocorreu em Apucarana, onde cinco adolescentes se juntaram para agredir o menino Alekson Ricardo, de apenas 13 anos. Na dependência do Colégio Cívico-Militar José Canale. Gente, esta Casa deve olhar com olhos bem fixos a essa tragédia. Em uma briga na porta de um colégio, de um colégio cívico-militar, que em tese deve acender ainda mais uma alerta para nós. Já foram vários episódios que envolvem escolas cívico-militares aqui no Estado e em outros cantos do Brasil. Já tivemos problemas em Paranavaí, Deputado Tião Medeiros, região de Vossa Excelência. Já tivemos problemas em Francisco Beltrão, Deputado Traiano, Deputada Luciana. Já tivemos problemas, Deputada Mabel, em Imbituva, em Ponta Grossa. Deputado Douglas, em Campo Mourão. São vários os relatos, desde abuso da direção, sobre prática autoritária às crianças e aos jovens, além da questão de violência. Em São Paulo, a Justiça suspendeu o Programa Escola Cívico-Militar, por considerar que o programa tem um caráter ideológico, que é incompatível com os princípios de liberdade de aprender. No Paraná, todos se lembram do método que foi criado na escola cívico-militar, para agradar o Bolsonaro. Aqui, o seu fiel escudeiro número um, o Governador mais bolsonarista do Brasil, está seguindo a lógica e os resultados estão acontecendo. Na verdade, a educação não está melhorando, mas, sim, os sinais de violência, pelo modelo instituído. Acho que é hora de o Governo parar, fazer o *mea culpa* e dizer: *Errei e volto atrás*. Não precisa ter vergonha. O Governador tem condições de fazer isso. Aliás, o Governador reconheceu que estava errado nessa semana. Na quinta-feira, Deputado Marcio Nunes, um voto de louvor ao Governador Ratinho Junior, ele disse que não vai assinar o convênio do pedágio se ele for maléfico ao Estado do Paraná. Parabéns, reconheceu. O que falávamos há muito tempo, aqui, ele diz agora que não vai assinar. Então, se vierem as novas 15 praças, é maléfico. Se aumentarem os 35 anos, é maléfico. Se mantiverem o preço caro, é maléfico. O Governador tem mesmo que não assinar. Espero que ele cumpra a palavra e não



volte atrás, como faz o seu Presidente Jair Bolsonaro. Mas a morte do menino faz aqui um parêntese, para vermos que precisamos de política pedagógica, de socioeducação, precisa de prevenção. Simplesmente ter autoridade policial constituída no colégio não impede que a violência ocorra. Portanto, precisamos rever esse modelo. Não podia deixar, Deputado Tadeu, fazendo fala em relação ao que Vossa Excelência coloca, de relatar aqui um pouquinho sobre os alquimistas. Alquimistas não são aqueles que apoiam o Alckmin, para Vice-Presidente a candidato no Brasil. Alquimistas eram aqueles que acreditavam na existência de quatro elementos básicos, fogo, ar, terra, segundo eles, todos os metais evoluem até se tornarem ouro. Por esse pensamento, os alquimistas, por muito tempo, buscaram acelerar nos laboratórios experimentos com esses quatro elementos, mas não tiveram muito sucesso em transformar as coisas em ouro. Mas parece que o MEC, o Governo Bolsonaro, com a ajuda de alguns pastores, conseguiram acelerar esse processo e transformaram recurso público em ouro, onde alguns pastores, não são todos, obviamente, uma minoria, aliás, dois pastores, Airton e Gilmar, cobravam ouro na troca de liberação de recursos. O que vem desnudar o que falávamos, o Governo da hipocrisia, do falso moralista, ou melhor, do sem moral. O Ministro Milton, em *saia justa*, até contou a público que o Presidente tinha o avisado que ia ocorrer uma busca e apreensão. Gente, o *bolsolão* do MEC mostra muito bem que é um Governo de fachada. Um Governo que realmente *queima a cara* daqueles que se põem na sua defesa. Não é só a mão, não é só o braço, é o rosto e o corpo como um todo queimado. Por isso, precisa da CPI do MEC. Aqui, quero chamar a atenção dos três Senadores do Paraná. O paladino da moralidade, Álvaro Dias, que não assinou a CPI do MEC. O Senador Flávio Arns, que é um Senador ligado à educação. E o Oriovisto, aquele que não é visto pelo Estado do Paraná, que é um empresário da educação, curiosamente, também não se manifestou sobre o processo. Sabem por quê? Porque está usando esse processo para negociar vaga política nas eleições próximas aqui no Estado do Paraná. Está deixando o papel e deixando o Paraná



aberto, a não participar de uma coisa séria, porque, Maurício Requião, há boatos de que a coisa vai feder aqui no Estado do Paraná também com relação a essa operação em busca do ouro. Mas já transformando emenda em ouro, evoluíram muito rápido, o que os alquimistas queriam no passado. Quero aqui fazer um parêntese, não estou falando da figura do pastor, muito pelo contrário, a maioria deles é pessoa séria, honesta. Temos Parlamentares, como o Pastor Amaro, que está aqui, o Pastor Gilson. Estou falando que há dois prováveis *picaretas*, já nominados, que usaram do MEC para negociar recurso. Mas fizeram um bem para a população, mostraram o que é o Governo Bolsonaro, que fala de Deus, mas age como o outro nome, o contraditório de Deus; que fala de Deus, fala de bondade, mas só tem maldade; fala que espalha o amor, mas à realidade da ação é o ódio. Chega do falso pastor. O falso pastor, o provável e nunca que foi messias, não representa o que o Brasil precisa e o que a sociedade espera de um dirigente. Muito pelo contrário, a cada dia uma mentira é exposta e cada vez mais o Governo se complica, porque conta outra mentira para desmentir a mentira já contada. Acho que vale... (É retirado o som.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Deputado, um minuto para concluir.

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** Acho que fica claro para nós que na verdade de messias ele não tem nada, é o vendilhão do tempo. E sabemos dessa história e do final triste que ela pode representar. Chega de fazer descaso com o povo. E aqui, Senadores paranaenses, vamos ter posição, vamos defender o povo paranaense, parece que o Paraná não tem Senador, parece não, após esse episódio, fica constatado que não existe Senador no Estado do Paraná que defenda o povo paranaense. Ao menos vamos lutar para a história não feder no Paraná, e se feder, que apontemos quem são os culpados desse processo. Obrigado, Presidente.



**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Horário da Liderança do Governo, Deputado Marcio Nunes com a palavra.

**DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP):** O senhor me permite *pela ordem*, um minutinho, Sr. Presidente, antes do nosso Parlamentar falar, daqui mesmo. Só fazer uma colocação aqui, o Deputado Arilson Chiorato falou a cerca dos pastores, e citou que aqui nesta Casa temos Parlamentares que são pastores. Acho que a imprensa trata isso, Deputado Arilson, de forma muito contra o nome dessas pessoas. O senhor nominou ali o nome dos dois. Acho que toda vez que acontece uma situação, quer seja pastor, advogado, médico, ou a pessoa tenha outra função, tem que se tratar o nome dela, a referência é ela, não o cargo que ela exerce. Então, acho que tem que ser pontuado muito bem isso, porque em todas as classes, em todos os locais, tem pessoas que agem de forma boa e outras que agem de forma ruim. Isso não pode se tornar algo pejorativo contra uma classe, difamando pessoas porque elas professam uma fé. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Deputado Marcio, por favor.

**DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD):** Senhor Presidente Traiano, nosso 1.º Secretário, Deputado Romanelli, Sr.<sup>s</sup> Deputados, Sr.<sup>as</sup> Deputadas, aqueles que nos assistem aqui no Plenário da Assembleia, que nos assistem por este canal de televisão e virtualmente, dizer que a transformação já começou. No sábado tivemos a oportunidade de, com o Governador Ratinho Junior, com vários Deputados aqui desta Casa, de presenciar um momento histórico do Paraná. Depois de 30 anos da última grande obra do litoral, que foi a obra de Alexandra-Matinhos, quando naquele momento era Governador João Elísio Ferraz de Campos, que fez a última grande obra do Estado do Paraná no litoral, Alexandra-Matinhos. E naquele momento, Deputado Romanelli, o metro quadrado construído em Matinhos, Caiobá, era mais caro que o metro construído em Balneário



Camboriú. Aproximava-se muito das grandes praias do Rio de Janeiro. De lá para cá, 30 anos, jamais uma grande obra aconteceu, porque ninguém, nem o Governo teve olhar diferenciado que o Governo Ratinho Junior teve pelo litoral do Paraná. E o Governador Ratinho Junior decide, então, com sua Base Parlamentar, e principalmente os Deputados que atuam no litoral, como o Deputado Nelson Justus, grande Deputado do litoral do Paraná; Deputado Romanelli, grande Deputado que atua no litoral do Paraná; Deputado Galo, esse parnanguara, caiçara, que representa muito bem essa cidade; e mais outros Deputados, tiveram uma influência muito grande e tiveram a satisfação de presenciar no sábado, Nelson Justus, depois de muitos funcionários contratados, depois de grande mobilização do consórcio Sambaqui, que ganhou a concorrência das obras, depois, Michele, você que também atua com muita força no litoral, principalmente Valadares, Guaraqueçaba, tivemos a oportunidade de ver uma das maiores dragas do mundo, a Galileo Galilei, dar início à obra do alargamento da praia de Matinhos. Uma obra muito grande, uma obra, Tiago Amaral, uma obra de quase R\$ 320 milhões na primeira etapa e mais 184 milhões na segunda etapa, R\$ 500 milhões investidos no litoral do Paraná. E essa obra, por que ela é tão importante? Ela é importante para Matinhos? Com certeza. Ah, talvez a parte mais visível seja o alargamento da praia, que as pessoas viram Camboriú, e o nosso vai ficar melhor que Camboriú. E por que digo isso com certeza? Porque Camboriú apenas fez o alargamento da faixa de areia, e vamos cuidar de toda a parte da macro e microdrenagem, que é o pessoal, coitados, que a cada chuva que dá, inundações enormes lá no litoral do Paraná, e também toda a parte de embelezamento. Essa obra é uma obra que vai possibilitar, Michele, fazer uma obra que V.Ex.<sup>a</sup> sempre tem cobrado, que é a ligação de Antonina a Guaraqueçaba, porque as pessoas começam a entender que de uma vez por todas o desenvolvimento sustentável, Nelson Justus, começa a ganhar dos radicais, dos radicais ambientalistas que não podem entender que é muito possível crescer, desenvolver, gerar emprego, renda, fazer turismo, cuidar do meio ambiente, recuperar o meio ambiente, preservar o



meio ambiente, tudo isso ao mesmo tempo. Ganhamos, começamos a obra de Matinhos. Vamos ganhar, Michele, vamos fazer essa obra que liga Antonina a Guaraqueçaba.

**Deputado Nelson Luersen (UNIÃO):** Concede um aparte, Deputado?

**DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD):** Nelson Justus, vamos ganhar, vamos fazer a obra que liga Guaratuba a Matinhos, a famosa ponte Guaratuba a Matinhos. Vamos fazer a ligação de Guaratuba a Garuva...

**Deputado Guto Silva (PP):** Concede um aparte?

**DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD):** Vamos conseguir fazer a ligação de Paranaguá a Praia de Leste, de Praia de Leste ao terminal da Ilha do Mel. Um grande conjunto de obras, que alguns aí que ficam olhando para trás, dando risada, ficam com raiva, com ciúmes, porque estão perdendo todas, sempre prometeram e nunca fizeram nada, quer dizer, acho que fizeram uns negócios no Porto de Paranaguá, parece-me que tem umas coisinhas no Porto de Paranaguá que aconteceram. Vou passar a palavra para o Michele, depois para o Guto, depois para o Nelson Justus.

**Deputado Luiz Claudio Romanelli (PSD):** Gostaria também, Deputado Marcio, se fosse possível, um aparte.

**DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD):** Depois o Deputado Romanelli. Rapidamente, porque são quatro.

**Deputado Michele Caputo (PSDB):** Deputado Marcio, todas obras importantíssimas, todas essas que o senhor citou. Só gostaria de fazer um registro, sei que o Deputado sabe disso, mas é importante também lembrarmos uma obra de mais de 200 milhões, que foi o IPO, que foi feito pela Sanepar no Governo Beto Richa, na área de saneamento, que também é extremamente



importante para a vida das pessoas, mesmo que não sejam visíveis. Então, agora, de fato, as obras citadas, torcemos para que as licitações ocorram, que dê tudo certo, como já ocorreu com a engorda, e que possamos ter uma vida melhor para o nosso cidadão litorâneo.

**DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD):** Obrigado, Michele. Guto Silva.

**Deputado Guto Silva (PP):** Deputado Marcio, gostaria apenas de parabenizar V.Ex.<sup>a</sup>, e foi realmente emocionante no sábado poder acompanhar o olhar dos cidadãos de Matinhos, turistas que lá estavam, comemorando com toda a estrutura, os colaboradores do Estado, que se empenharam para que essa obra saísse do papel. Vossa Excelência teve um papel preponderante, e se não fosse a tua teimosia, teimosia, a boa teimosia, dificilmente essa obra estaria sendo iniciada na tarde de sábado. Parabéns ao Governador Ratinho Junior que acreditou, parabéns ao teu trabalho e toda a equipe, e só tem um ganhador, a população do Paraná, sobretudo a nossa comunidade do litoral que terá essa condição de melhorar com essa obra, gerar mais empregos e serviços para toda região. Viva o litoral!

**DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD):** Obrigado, Guto. Nelson Justus.

**Deputado Nelson Justus (UNIÃO):** Aproveito também essa oportunidade, Marcio, para cumprimentá-lo, bem como toda a equipe do Governo Ratinho, da Secretaria que V.Ex.<sup>a</sup> ocupou, e a todos aqueles, desde o mais humilde funcionário até o mais graduado, que lutaram com muita força, com muita coragem, sob a batuta valente do nosso Governador, que enfrentou e continua enfrentando, porque acho que “energuminismo” é uma doença contagiosa, porque ainda tem gente lá tentando boicotar o avanço do nosso litoral. Essa obra, antes de tudo, é uma obra emblemática, além de ser extraordinária, mas ela abre as portas para que outros investimentos dessa natureza aconteçam no nosso litoral. Não estive lá, não pude por razões pessoais, mas assisti pela televisão o tempo



## Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

---

Diretoria Legislativa

inteiro, pela internet, e realmente me emocionei, porque é algo que o nosso litoral não vê há muito tempo. E bem lembrado, lembrou muito bem o Deputado Caputo, não podemos jamais esquecer os investimentos que outros Governadores fizeram, mas nada parecido com o que se pretende fazer nessa gestão. Fico muito feliz, parabenizo e torço para que o Governador consiga, com a sua obstinação, fazer tudo aquilo que ele pretende no nosso litoral.

**DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD):** Deputado Romanelli. Obrigado, Nelson.

**Deputado Luiz Claudio Romanelli (PSD):** Deputado Marcio Nunes, permita-me só rapidamente aqui da tribuna da função de Mesa de 1.º Secretário, poder lhe cumprimentar pelo seu trabalho, pela fé, pela coragem que teve para que esse Projeto pudesse sair da ideia e efetivamente ter o início no último sábado, dia 25 de junho, que é um dia histórico para o litoral. Parabéns ao Governador do Estado, Ratinho Junior, pela coragem e firmeza de tocar adiante isso. O litoral vai receber também novos investimentos, como todas as regiões do Paraná estão recebendo. Governar é fazer obras, não adianta nada, discurso não leva a canto algum, o que interessa efetivamente é que possamos fazer com que a realidade do litoral paranaense possa ser modificada, além de construir, Deputado Nelson Justus, a ponte para Guaratuba, com os cuidados... (É retirado o som.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Deputado, por favor.

**Deputado Luiz Claudio Romanelli (PSD):** Com os cuidados naturalmente, mas duplicar também a nossa rodovia que liga Matinhos ao município da Praia de Leste, depois Praia de Leste até Pontal do Paraná. Tudo isso faz parte de um plano estratégico. Mas, Deputado Marcio Nunes, o senhor é merecedor do meu aplauso e de todos pela sua firmeza e coragem em defender ideias que transformam a vida das pessoas de forma efetiva. Parabéns.

**DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD):** Muito obrigado. Deputado Marcel.



**Deputado Marcel Micheletto (PL):** Deputado Marcio Nunes, também quero cumprimentá-lo e dizer que Vossa Excelência demonstrou ser um eficiente Secretário, um homem de espírito público, competente e que marca para a história do Paraná o seu trabalho, com a sua equipe. E aqui salientar a coragem do Governador Ratinho Junior de ter lhe dado a oportunidade de tomar essa decisão tão importante para o nosso litoral e para a nossa Matinhos. Fica para a história esse ato tão importante que vocês... (É retirado o som.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Para concluir, Deputado Marcio.

**Deputado Marcel Micheletto (PL):** Parabéns, Deputado Marcio.

**DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD):** Para concluir, Sr. Presidente. Olha, os Deputados que estiveram lá ontem, sensacional, quando o Governador Ratinho Junior vai chegando a Matinhos foi um *show*, todo mundo filmando, aplaudindo, população saiu na rua, filmou. As filmagens estão esparramadas por todo o Estado do Paraná. E quando o Governador é anunciado, com os Deputados, na praia de Caiobá, houve grande manifestação da população do Paraná, como há muito tempo não via. Foi sensacional. E quando a Galileo Galilei tocou a buzina, “*pannn, pannn*”, começou, olha, o povo do Paraná ficou muito feliz. Obrigado, Paraná! Obrigado, Ratinho Junior! Viva o litoral do Estado do Paraná! Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Passamos à Ordem do Dia.

**ORDEM DO DIA.**

**[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou**



através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adelino Ribeiro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Bazana (PSD), Boca Aberta Junior (PROS), Coronel Lee (PDC), Delegado Fernando Martins (REP), Delegado Jacovós (PL), Douglas Fabrício (CDN), Dr. Batista (UNIÃO), Elio Rusch (UNIÃO), Evandro Araújo (PSD), Francisco Bührer (PSD), Galo (PP), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Guto Silva (PP), Homero Marchese (REP), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Marcio Nunes (PSD), Marcio Pacheco (REP), Marcel Micheletto (PL), Mauro Moraes (UNIÃO), Michele Caputo (PSDB), Nelson Justus (União), Nelson Luersen (UNIÃO), Paulo Litro (PSD), Plauto Miró (UNIÃO), Professor Lemos (PT), Reichembach (UNIÃO), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Rodrigo Estacho (PSD), Soldado Adriano José (PP), Soldado Fruet (PROS), Tadeu Veneri (PT), Tercílio Turini (PSD), Tiago Amaral (PSD) e Tião Medeiros (PP) (46 Parlamentares); Deputados com justificativa: Cantora Mara Lima (REP), conforme art. 97 § 2.º Inciso IV do Regimento Interno; Nereu Moura (MDB), conforme art. 104 § 5.º Inciso V do Regimento Interno; Cristina Silvestri (PSDB), conforme art. 97 § 3.º Inciso I do Regimento Interno; Luciana Rafagnin (PT), conforme art. 97 § 3.º Inciso I do Regimento Interno; Cobra Repórter (PSD), art. 97 § 4.º do Regimento Interno; e Luiz Carlos Martins (PP), conforme art. 97 § 3.º Inciso I do Regimento Interno (6 Parlamentares); Deputados ausentes sem justificativa: Jonas Guimarães (PSD) e Maria Victória (PP) (2 Parlamentares).]

#### Projetos que necessitam de Apoio.

**Projetos de Lei:** (Com apoio e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 277/2022**, do Deputado Evandro Araújo, que concede o Título de Utilidade Pública à Comunidade Católica Jesus Misericordioso, com sede no município de Borrazópolis; **Autuado sob o n.º**



## Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

---

Diretoria Legislativa

**278/2022**, da Deputada Maria Victória, que institui a Política Estadual de Economia Circular e o Selo Produto Economicamente Circular; **Autuado sob o n.º 279/2022**, do Deputado Nelson Justus, que declara a manifestação cultural e religiosa da Festa do Divino Espírito Santo de Guaratuba como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 280/2022**, dos Deputados Luiz Claudio Romanelli e Bazana, que institui a Política Pública de Proteção e Fomento dos Direitos da Pessoa com Fibromialgia no Estado do Paraná e dá outras providências; **Autuado sob o n.º 281/2022**, do Deputado Romanelli, que institui a Semana de Conscientização sobre os Cuidados Paliativos, a ser celebrada anualmente na segunda semana do mês de outubro; **Autuado sob o n.º 282/2022**, do Deputado Coronel Lee, que disciplina a circunstância da efetiva necessidade, ao atirador, por exercício da atividade exercida, desporto e no que couber a Legislação Ambiental e dá outras providências; **Autuado sob o n.º 283/2022**, do Deputado Paulo Litro, que concede o Título de Utilidade Pública ao Centro Beneficente União do Vegetal Núcleo Coroa Divina, com sede no município de Almirante Tamandaré.

Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiados**.

### **Passamos aos Itens da pauta.**

Temos oito Redações. Faremos todas agrupadas.

**(Procedeu-se à votação simbólica e em bloco das Redações Finais.)**

**ITEM 1** – Redação Final do Projeto de Lei n.º 530/2017, de autoria do Deputado Professor Lemos, que institui o Dia Estadual do Atleta Paralímpico.

**ITEM 2** – Redação Final do Projeto de Lei n.º 333/2020, de autoria do Deputado Coronel Lee, que altera a Lei n.º 5.798, de 24 de junho de 1968, que cria na



Polícia Militar do Estado do Paraná a medalha Coronel Sarmento, a ser conferida anualmente, pelo Chefe do Poder Executivo, na data em que se reverencia a memória do Patrono da Corporação, Cel. Joaquim Antônio de Moraes Sarmento, e dá nova redação às letras “c” e “d”, do art. 2.º da Lei n.º 4.340, de 6 de março de 1961.

**ITEM 3** – Redação Final do Projeto de Lei n.º 613/2021, de autoria do Deputado Artagão Junior, que concede o Título de Utilidade Pública ao Instituto Inocência, com sede no município de Matelândia.

**ITEM 4** – Redação Final do Projeto de Lei n.º 702/2021, de autoria do Deputado Professor Lemos, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Padre Haruo Sasaki.

**ITEM 5** – Redação Final do Projeto de Lei n.º 20/2022, de autoria do Deputado Evandro Araújo, que denomina de Padre Angelo Banki o viaduto no Km 172,2 da rodovia PR-323, no município de Paiçandu.

**ITEM 6** – Redação Final do Projeto de Lei n.º 195/2022, de autoria do Deputado Bazana, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Atendimento e Apoio ao Autista do Brasil, com sede no município de Curitiba.

**ITEM 7** – Redação Final do Projeto de Lei n.º 222/2022, de autoria do Deputado Plauto Miró, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Valores em Construção, com sede no município de Palmeira.

**ITEM 8** – Redação Final do Projeto de Lei n.º 238/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 38/2022, que dispõe sobre a criação do quadro próprio estatutário, adequação das carreiras, cargos e vencimentos dos servidores públicos na estrutura organizacional do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná.



Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovados.**

**ITEM 9 – 3.<sup>a</sup> Discussão do Projeto de Lei n.<sup>º</sup> 262/2019, de autoria do Deputado Professor Lemos e da Deputada Luciana Rafagnin (anexos os Projetos n.<sup>º</sup>s 796/2021 e 354/2021, ambos do Deputado Professor Lemos), que institui a Política Pública Estadual de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. Substituto geral da CCJ. Vamos apreciar neste turno substitutivo geral aprovado em 2.<sup>a</sup> discussão. Em discussão. Como encaminham o voto os Líderes?**

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** A Liderança do Governo pede o voto “sim”.

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** A Oposição vota “sim”. Questão de ordem, Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Questão de ordem, Deputado Arilson.

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** Presidente, fiz um requerimento há tempos atrás à Mesa falando sobre a PEC do Espanhol, PEC n.<sup>º</sup> 03/2020. Cobrei que ela extrapolou o limite de tramitação aqui dentro e falei com Vossa Excelência que se a Comissão não funcionasse, que Vossa Excelência evocasse a PEC para a Mesa. Foi marcada há duas semanas para amanhã de manhã, às 10 horas, a instalação da segunda reunião da PEC. Agora fui informado que cancelou porque a CCJ vai usar o local. Pergunto a Vossa Excelência: tem outro local que a Casa possa emprestar para ter a reunião da PEC, ou é tão difícil isso?

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Não, não há nenhum problema.



**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** Porque não dá para admitir, Presidente, que isso não ocorra de acordo com o regime jurídico e o Regimento Interno desta Casa. Está passando do limite o tratamento que está tendo a PEC do Espanhol e nós aqui da Oposição. Tudo tem limite, agora isso daí é exagero. E para o bom andamento da instituição e para a preservação do respeito que tenho pela Mesa, quero que seja cumprido o prazo legal. Obrigado.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Deputado Arilson, estão disponibilizadas as duas salas aqui na lateral. O Deputado Tercílio é que faz a instalação da Comissão para a PEC do Espanhol e peço ao Deputado Tercílio e aos membros que amanhã, no horário, 10 horas da manhã, possam fazer a instalação dessa PEC.

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** Obrigado, Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Deputado Ricardo Arruda, vai votar ou não? A votação está encerrada: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (43 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Alexandre Curi, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Maria Victória, Nereu Moura e Ricardo Arruda (11 Deputados).]** Com 43 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado Substitutivo Geral.**



**ITEM 10** – 3.<sup>a</sup> Discussão do Projeto de Lei n.<sup>o</sup> 760/2019, de autoria do Deputado Michele Caputo, que institui o Dia Estadual em Defesa da Prescrição Legível, a ser realizado anualmente em 3 de outubro. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Saúde Pública. Emenda da Comissão de Saúde Pública com parecer favorável da CCJ na forma da Subemenda. Vamos apreciar neste turno subemenda aprovada em 2.<sup>a</sup> discussão. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** A Liderança do Governo pede voto “sim”, Presidente.

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** A Oposição vota “sim”, Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Em votação. Ainda pendentes os votos dos Deputados Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Dr. Batista, Francisco Bührer, Guto Silva, Homero Marchese, Marcio Nunes e Mauro Moraes. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacobós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Bührer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (44 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Alexandre Curi, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Maria Victória e Nereu Moura (10 Deputados).]** Com 44 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovada a subemenda.**



**ITEM 11** – 2.<sup>a</sup> Discussão do Projeto de Lei n.<sup>o</sup> 9/2022, de autoria das Deputadas Cristina Silvestri e Mabel Canto, que altera a Lei n.<sup>o</sup> 19.701, de 20 de novembro de 2018, que dispõe sobre a violência obstétrica, sobre direitos da gestante e da parturiente. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e Comissão de Saúde Pública. (**Sobre o Projeto:** Emenda de Plenário n.<sup>o</sup> 1, dos Deputados Mabel Canto, Cristina Silvestri, Luiz Fernando Guerra, Boca Aberta Junior e Soldado Fruet.) **O Projeto recebeu emenda e retorna à CCJ.**

**ITEM 12** – 2.<sup>a</sup> Discussão do Projeto de Lei n.<sup>o</sup> 43/2022, de autoria do Deputado Artagão Junior, que institui no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná a Meia Maratona Internacional de São Francisco, a ser realizada anualmente no município de Guarapuava, na semana em que se comemora o seu aniversário. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Esportes. Em discussão o Projeto. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** A Liderança do Governo pede voto “sim”.

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** A Oposição também vota “sim”.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Pendentes os votos dos Deputados Anibelli, Artagão, Delegado Fernando, Paulo Litro, Soldado Fruet. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros**



(43 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Maria Victória, Nereu Moura e Paulo Litro (11 Deputados).] Com 43 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 43/2022.**

**ITEM 13** – 1.<sup>a</sup> Discussão do Projeto de Lei n.º 117/2020, de autoria do Deputado Dr. Batista, que denomina de Rodovia Prefeito Walter Romão de Oliveira a extensão da PR-691. Parecer favorável da CCJ. Aguardando parecer da Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação. Regime de Urgência. Designo o Deputado Professor Lemos para relatar o Projeto pela Comissão de Obras.

**DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT):** Senhor Presidente, Sr.<sup>s</sup> Deputados, Sr.<sup>as</sup> Deputadas. O Projeto de autoria do Deputado Dr. Batista denomina a Rodovia PR-461, da extensão que liga os municípios de Porto Rico a São Pedro do Paraná, de Prefeito Valter Romão de Oliveira. O Prefeito fez um trabalho importante na região, foi Prefeito várias vezes do município de Porto Rico. Então, a homenagem é merecida e o Parecer é favorável, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Deputados que aprovam o Parecer permaneçam como estão. **Aprovado parecer.**

Vamos ao Projeto. Em discussão o Projeto. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** A Liderança do Governo pede voto “sim”.

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** A Oposição encaminha voto “sim”.



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

---

Diretoria Legislativa

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Bührer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Luersen, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (41 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Alexandre Curi, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Maria Victória, Nelson Justus, Nereu Moura e Paulo Litro (13 Deputados).]** Com 41 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 117/2020.**

**ITEM 14** – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 506/2021, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Nilson Valdir Müller. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** A Oposição vota “sim”.

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** A Liderança do Governo também pede voto “sim”, Presidente.

**DEPUTADO TADEU VENERI (PT):** Senhor Presidente, *pela ordem.*

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Deputado Tadeu Veneri, *pela ordem.*



**DEPUTADO TADEU VENERI (PT):** Só para fazer um comunicado, Sr. Presidente. Provavelmente os Deputados e Deputadas sabem, mas é importante que deixe registrado para aqueles que nos assistem, que nos veem pela TV. A Deputada Luciana Rafagnin não está presente hoje porque na quinta-feira ela fez o exame, fez teste de Covid e testou positivo. Então, a Deputada Luciana está em casa, está em Francisco Beltrão afastada com Covid e provavelmente esta e a próxima semana não virá para a Assembleia Legislativa.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Ok, Deputado.

**DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB):** Presidente, é verdadeira a informação... Desculpa, *pela ordem*. É verdadeira a informação que faleceu o irmão do Deputado Nereu?

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Vi pela manhã inclusive sua manifestação, mas a mim não chegou essa informação. Prefeito de Catanduvas... Ah, estão confirmado mesmo aqui. Não tinha essa informação, não.

**DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB):** Ficam os nossos sentimentos ao camarada Nereu Moura.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Com certeza. Em nome da Mesa Executiva e de todos os Deputados. Vou ligar para o Deputado Nereu, porque não tinha essa informação. Votação encerrada: *[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Coronel Lee, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor*



*Lemos, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tião Medeiros (39 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Alexandre Curi, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Maria Victória, Nereu Moura, Requião Filho, Soldado Adriano José e Tiago Amaral (15 Deputados).] Com 39 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 506/2021.*

**ITEM 15** – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 256/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 42/2022, que aprova crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Orçamento e Comissão de Finanças e Tributação. Regime de urgência. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** A Liderança do Governo pede voto “sim”, Presidente.

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** A Oposição encaminha voto “sim”, Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Coronel Lee, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (43 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Alexandre Curi, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina**



*Silvestri, Del. Fernando Martins, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Maria Victória e Nereu Moura (11 Deputados).] Com 43 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 256/2022.***

**ITEM 16** – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 258/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 44/2022, que dispõe sobre a transferência de responsabilidade pelo pagamento dos benefícios de salário bolsa-família e auxílio-reclusão do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS para o Tesouro do Estado do Paraná, de acordo com o § 3.º do art. 9.º da Emenda Constitucional n.º 103, de 12 de novembro de 2019. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Regime de urgência. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** A Liderança do Governo pede voto “sim”, Presidente.

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** A Oposição também vota “sim”, Presidente.

**DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS):** Senhor Presidente, Soldado Fruet aqui atrás. Não dá mais para encaminhar esse Projeto não é, já começou a votação?

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Já começou a votação, não há mais como encaminhar. Ainda pendentes os votos, Deputada Mabel, Marcio Pacheco, Paulo Litro, Plauto Miró, Soldado Adriano José e Francisco Bührer. Soldado Adriano José, seu voto. Mas tem que registrar, Deputado. Ah, estou vendo o seu problema aí do lado do Marcel Micheletto. Deputado Plauto, votando? “Sim”. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto**



*Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paulo Litro, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (43 Deputados); Votou Não: Soldado Fruet (1 Deputado); Não Votaram: Ademar Traiano, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Maria Victória, Nereu Moura e Plauto Miró (10 Deputados).] Com 43 votos favoráveis e 1 voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 258/2022. Quarenta e quatro votos “sim”, com o voto do Deputado Plauto, um “não”. Está aprovado o Projeto.*

**ITEM 17** – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 267/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 47/2022, que dispõe sobre a criação do quadro próprio, adequação das carreiras, cargos e subsídios dos servidores na estrutura organizacional da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná – Adapar. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. Em regime de urgência. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** A Oposição vota “sim”, Presidente.

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** A Liderança do Governo também pede voto “sim”, Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Votando. Deputado Marcio Pacheco, seu voto, Mauro Moraes. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco**



*Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (45 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Maria Victória e Nereu Moura (9 Deputados).] Com 45 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 267/2022.*

**ITEM 18** – 1.<sup>a</sup> Discussão do Projeto de Lei n.º 268/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 48/2022, que, que cria as funções privativas-policiais no âmbito do Departamento de Policia Penal, bem como no âmbito da Secretaria de Estado da Segurança Pública. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Segurança Pública. O Projeto está em regime de urgência. Como encaminham os Líderes o voto? Em discussão.

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** Presidente, Projeto importante. Em nome da Liderança do Governo, peço para os nossos Deputados votarem “sim”.

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** A Oposição encaminha o voto “sim”, também, Presidente, favorável.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Votando.

**DEPUTADO TADEU VENERI (PT):** Senhor Presidente, teremos uma reunião adiantada amanhã da CCJ. Não sei se o Deputado Nelson Justus confirma que a pauta toda das 13h30 virá para as 11 horas, porque não recebemos pauta ainda. Então, gostaria de fazer um pedido, sei que a Presidência também encaminha com o Presidente Nelson Justus, para que recebamos a pauta antes, para saber



quais projetos vamos analisar amanhã, para não ter que pedir vista em todos eles e depois as coisas ficam mais complicadas aqui. Obrigado.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Deputado Nelson Justus, Deputado Nelson, o Deputado Tadeu faz uma questão de ordem. Vossa Excelência pode responder?

**DEPUTADO NELSON JUSTUS (UNIÃO):** Vamos atendê-lo com certeza. Temos uma Sessão às 11 horas e depois teremos uma à tarde, e vamos fazer com que a pauta de ambas cheguem às mãos dos Sr.<sup>s</sup> Deputados bem antes da reunião. Quero ver se ainda hoje conseguimos já providenciar isso.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Ok.

**DEPUTADO TADEU VENERI (PT):** À tarde, será no final da tarde? Não às 13h30? Que está marcada, que essa foi marcada agora, uma para às 11 horas...

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** É uma Sessão às 11 horas.

**DEPUTADO TADEU VENERI (PT):** Às 11 horas, que seria a Sessão Regimental que está sendo adiantada.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Se houver necessidade de Sessão Extraordinária da CCJ, acredito que...

**DEPUTADO TADEU VENERI (PT):** Será feito no final do dia? É isso, Deputado Nelson?

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Deputado Nelson?

**DEPUTADO NELSON JUSTUS (UNIÃO):** Exatamente isso.



**DEPUTADO TADEU VENERI (PT):** Obrigado.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (44 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Maria Victória, Nereu Moura e Soldado Adriano José (10 Deputados).] Com 44 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 268/2022. Devidamente registrado em Ata, Deputado Adriano.**

**DEPUTADO SOLDADO ADRIANO JOSÉ (PP):** Obrigado.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):**

**ITEM 19 –** 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 269/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 49/2022, que altera dispositivos da Lei n.º 1.943, de 17 de julho de 1954, que dispõe sobre o Código da Polícia Militar do Estado do Paraná e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Segurança Pública. O Projeto está em regime de urgência. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?



**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** A Liderança do Governo pede voto “sim”, Presidente.

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** A Oposição vota “sim”, Presidente. A Oposição está liberada para votação.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Como votam os Deputados Marcio Pacheco, Michele Caputo, Nelson Luersen, Paulo Litro e Soldado Adriano José? Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (44 Deputados); Votou Não: Requião Filho (1 Deputado); Não Votaram: Ademar Traiano, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Maria Victória e Nereu Moura (9 Deputados).]** Com 44 votos favoráveis e 1 voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 269/2022.**

**ITEM 20** – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 270/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 50/2022, que dispõe sobre a fixação do efetivo da Polícia Militar do Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Segurança Pública. Regime de urgência. Em discussão.

**DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS):** Para encaminhar. É o Projeto ou a constitucionalidade?



**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** O Projeto.

**DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS):** O Projeto. Para encaminhar o Projeto, Soldado Fruet.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** A constitucionalidade do Projeto.

**DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS):** Ah, ok! Então, quero encaminhar o Projeto, Sr. Presidente.

**DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP):** Para encaminhar, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Para encaminhar, Deputado Homero.

**DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP):** Senhor Presidente, amanhã, inclusive, às 10h30, o horário que foi marcado a reunião da CCJ para amanhã, Deputado Nelson, até gostaria que fosse alterado, os Deputados da região de Maringá tem uma reunião com o Sr. Governador e com o Comandante-Geral da PM, para solicitar que a cidade de Maringá também seja contemplada na criação de novos postos para a polícia, novas unidades organizacionais, porque é importante que a distribuição das vagas pelo Estado tenha como fundamento uma relação entre policiais por habitantes. E acreditamos que Maringá, e fizemos levantamento dos índices de criminalidade, do número de policiais, poderia e deveria ter mais unidades. Então, vamos, em relação a esse Projeto, Sr. Presidente, inclusive em segunda discussão, tratar novamente desse assunto. Muito obrigado!

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Votando, Sr.<sup>o</sup> Deputados. Votando.



**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** A Liderança do Governo pede voto “sim”, Presidente.

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** A Oposição encaminha voto “sim”, Presidente.

**DEPUTADO GOURA (PDT):** Senhor Presidente, *pela ordem*, por gentileza.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Deputado Goura, *pela ordem*.

**DEPUTADO GOURA (PDT):** Senhor Presidente, só para fazer um convite. Amanhã, a Frente Parlamentar Ambientalista Nacional, com o Instituto Clima e Sociedade, vão receber representantes do Estado do Paraná, inclusive o Secretário de Desenvolvimento Sustentável, para debater a contribuição do Paraná na contribuição nacionalmente determinada e promover um maior entendimento referente aos desafios e oportunidades apresentadas pelas mudanças climáticas, às 10 horas da manhã. Enviarei o *link* a todos os Parlamentares. Então, conto com o apoio da comunicação da nossa Assembleia Legislativa. Um importante debate sobre o enfrentamento climático e a contribuição que o Estado do Paraná tem para fazer.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Votação encerrada, Sr.<sup>s</sup> Deputados: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda,



*Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (45 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Maria Victória e Nereu Moura (9 Deputados).] Com 45 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado** o Projeto de Lei n.º 270/2022.*

*(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)*

## **REQUERIMENTOS.**

Dois requerimentos com discussão adiada: **Requerimento n.º 1986/2022**, da Deputada Mabel Canto, adiado da Sessão anterior, solicitando informações ao Secretário de Estado da Educação, acerca da ausência de Monitores e Diretores em Colégios Cívico-Militares localizados nos municípios de Imbituva e Tibagi; e **Requerimento n.º 1987/2022**, do Deputado Boca Aberta Junior, adiado da Sessão anterior, solicitando informações ao Secretário de Estado da Saúde, Sr. César Augusto Neves Luiz, conforme específica.

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** Enviar como expediente, Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Encaminhados como expediente. **Conforme acordo do Líder do Governo com os autores, serão encaminhados como envio de expediente.**

Há outros dois requerimentos: **Requerimento n.º 2014/2022**, do Deputado Boca Aberta Junior, solicitando informações ao Secretário da Administração e da Previdência, Sr. Elisandro Pires Frigo, conforme específica; e **Requerimento n.º 2015/2022**, do Deputado Michele Caputo, solicitando o envio de expediente ao



Secretário de Estado da Comunicação a e da Cultura, requerendo informações relacionadas à Superintendência Geral da Cultura.

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** Para discutir, Presidente. O 23 e o 24.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Para discutir os dois requerimentos. Adiados na forma regimental.

**Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.**

**Requerimento n.º 2010/2022**, da Deputada Mabel Canto, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado da Saúde, Sr. César Augusto Neves Luiz, encaminhando ofício para ser juntado ao E-Protocolo n.º 19.089.852-0, que trata do pedido de destinação do auxílio financeiro ao Hospital Santa Tereza, localizado no município de Guarapuava; **Requerimento n.º 2011/2022**, do Deputado Evandro Araújo, solicitando envio de expediente ao Diretor-Geral do Detran/PR, Sr. Adriano Furtado, encaminhando Ofício n.º 33/2022 do Vereador Reginaldo Arias de Santa Fé, requerendo que o Detran/PR autorize o Centro de Formação de Condutores a aplicar as provas teóricas no município de Santa Fé, bem como a liberação para abertura de clínicas para exames físicos e psicotécnicos; **Requerimento n.º 2012/2022**, do Deputado Luiz Claudio Romanelli, requerendo o registro e o envio de menção honrosa ao Bispo Dom Manoel João Francisco; **Requerimento n.º 2013/2022**, do Deputado Luiz Claudio Romanelli, solicitando o envio de voto de congratulações e menção honrosa ao Jornal “Bem Paraná”; **Requerimento n.º 2017/2022**, do Deputado Gilson de Souza, solicitando o envio de votos de pesar à família pelo falecimento do Pastor Geci Labres de Souza; **Requerimentos n.ºs 2018, 2019, 2020 e 2022/2022**, do Deputado Ricardo Arruda, solicitando o registro e envio de menção honrosa ao Senhores: Edilson Avelar; Dante Ramos Junior; Ivo Pierin Junior; e Demerval Silvestri; **Requerimento n.º 2023/2022**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando registro e envio de menção



## Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

---

Diretoria Legislativa

honrosa ao Bispo Diocesano de Cornélio Procópio, Sr. Marcos José dos Santos, recentemente nomeado por Vossa Santidade, o Papa Francisco; **Requerimentos n.ºs 2024 a 2028/2022**, do Deputado Guto Silva, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa: aos Policiais Civis da 5.<sup>a</sup> Subdivisão Policial de Pato Branco; ao 3.<sup>º</sup> Batalhão da Polícia Militar de Pato Branco; ao Centro de Operações Especiais-Cope; aos Policiais Civis da 28.<sup>a</sup> Delegacia Regional de São Lourenço do Oeste; e à Polícia Militar de São Lourenço do Oeste/SC; **Requerimento n.º 2029/2022**, do Deputado Ricardo Arruda, solicitando registro e o envio de congratulações aos Policiais Rodoviários Federais Rafael Sampaio Alves Antunes e Eduardo Alexandre Gualberto; **Requerimentos n.ºs 2030 a 2033, 2035 e 2036/2022**, da Deputada Cantora Mara Lima, solicitando o registro e envio de menção honrosa: ao Círculo de Oração Rio de Cristal; ao Círculo de Oração Ebenezer; ao Pastor Wesley Ianes de Melo; ao Pastor Valter Rodrigues de Jesus; ao casal Pastor Luiz Brito e Irmã Alexandrina Valin Brito; e à Congregação Parque Hortência; **Requerimentos n.ºs 2038 e 2039/2022**, do Deputado Anibelli Neto, solicitando o envio de votos de pesar à família pelo falecimento de: Sr.<sup>a</sup> Leda Pontoni Klamas; e Sr.<sup>a</sup> Maria Dolores Gonçalves dos Santos; **Requerimento n.º 2041/2022**, do Deputado Soldado Adriano José, requerendo o registro e envio de menção honrosa com votos de louvor e congratulações para o Sr. Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil-Paraná Mário Luchetta; **Requerimentos n.ºs 2045 a 2047, 2049, 2050 e 2052 a 2055/2022**, do Deputado Boca Aberta Junior, requerendo o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa aos senhores: Adriana Pires Santos; Silas Sanches; Cláudio Luiz Decleve; Francisca Gomes da Silva; Edvaldo Daniel de Lima; José Paranhos de Mesquita; Jaber Felippe; Wilson Martelli; e Valdinei Feitosa dos Santos; **Requerimento n.º 2051/2022**, do Deputado Anibelli Neto, solicitando o envio de votos de pesar à família pelo falecimento do Sr. João Carlos Wolf; **Requerimento n.º 2056/2022**, do Deputado Professor Lemos, requerendo o registro de votos de congratulações com menção honrosa ao



município de Mangueirinha, pela 17.<sup>a</sup> Festa das Sementes; **Requerimento n.<sup>º</sup> 2057/2022**, do Deputado Professor Lemos, requerendo o registro de votos de congratulações com menção honrosa ao município de Salgado Filho, pela 26.<sup>a</sup> Festa do Vinho e do Queijo; **Requerimento n.<sup>º</sup> 2058/2022**, do Deputado Professor Lemos, requerendo o envio de expediente ao Governador do Estado e ao Secretário de Estado da Infraestrutura e Logística, requerendo reparos na pavimentação asfáltica no trecho entre São Pedro do Iguaçu a Toledo, na rodovia PR-585; **Requerimento n.<sup>º</sup> 2059/2022**, do Deputado Luiz Carlos Martins, solicitando o envio de voto de pesar à família pelo falecimento da Sr.<sup>a</sup> Perpétua Alves Pereira Leotério; **Requerimento n.<sup>º</sup> 2060/2022**, do Deputado Homero Marchese, solicitando o envio de expediente ao Chefe da Casa Civil, Sr. João Carlos Ortega, conforme específica; **Requerimento n.<sup>º</sup> 2061/2022**, do Deputado Homero Marchese, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Sr. Wagner Mesquita de Oliveira, conforme específica; **Requerimento n.<sup>º</sup> 2062/2022**, do Deputado Homero Marchese, solicitando o envio de expediente ao Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná, Sr. Hudson Leônicio Teixeira, conforme específica; **Requerimento n.<sup>º</sup> 2064/2022**, do Deputado Goura, requerendo o registro e o envio de menção honrosa pra o Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná; **Requerimento n.<sup>º</sup> 2065/2022**, do Deputado Goura, requerendo o registro e o envio de menção honrosa à geóloga e pesquisadora Thammy Ellin Mottin, por descobrir fósseis de árvores de 290 milhões de anos em Ortigueira, norte do Estado do Paraná; **Requerimento n.<sup>º</sup> 2066/2022**, do Deputado Goura, requerendo o envio de expediente ao Secretário de Saúde, Sr. César Augusto Neves Luiz, requerendo fiscalização de maternidades, casas de parto e estabelecimentos hospitalares congêneres, da rede pública e privada do estado, no tocante à permissão da presença de doulas; **Requerimentos n.<sup>º</sup>s 2067 a 2099 e 2101 a 2122/2022**, do Deputado Plauto Miró, solicitando o envio de votos de pesar às famílias pelo falecimento de: Rose dos Santos; Beatriz Manosso Correia; Vera Dalva Denck; Maria Neuza Matos;



Madalena de Fátima Assueiro; Ivonete da Luz Linhares de Lara; Maria Galvão de Pontes; Olga Knoll; Ilse Odila Sandri Munhoz; Marcilia Pereira da Rosa; João Maria Florão; Anna Grzebiellucka; Hugo Hermann; José Darci Paes de Almeida; Carlito Furquim; Almedina Padilha Bubiniak; Valdomiro de Bomfim; Regina Carneiro; Waldemar de Oliveira Correia; José Carlos Vosgerau; Venceslau Czerski; Valdomiro Martins; Leônidas Alves da Silva; João Gonçalves Ribeiro; Rogaciano Vieira de Godoi; Procópio Galvão Chaves Neto; Luiz Carlos Traleski; José Guimarães; Francisco Juvenal Bitobrovec; Otavio de Jesus Silva; Leonel Bischof; Antonio Alves Rosa; Zoraide Alves Batista; Vera Terezinha Barbosa; Nelsa Maria Antunes; Maria Elisete Kutz; Maria Cristina de Jesus Vieira; Eugenia Canedo da Silva Carvalho; Ambrosio Wolk Wagner; Cacilda Bauer; Nivaldo Francisco da Rosa; Mario Vozniak; Amador Almeida; Celso Del Savio; Maria Rosa da Silva Santos; Herondina Lopes Nascimento; Cinira de Lourdes Rutka; Avanilde Maria Moleta Tessari; Nadir Maciel dos Santos; Lucia dos Santos; Leoni Smaniotto; Ivete Giacomassi Camargo; Osdival da Rosa; João Guilherme da Maia; e Antonio Enio Gonçalves.

**Requerimentos com despacho do Presidente.**

**À Diretoria Legislativa para providências: Requerimento n.º 2016/2022**, dos Deputados Alexandre Amaro e Soldado Fruet, solicitando a inclusão do Deputado Alexandre Amaro como coautor do Projeto de Lei n.º 266/2022; **Requerimento n.º 2100/2022**, do Deputado Arilson Chiorato, solicitando a retirada da Emenda n.º 1 ao Projeto de Lei n.º 269/2022, da Sessão Extraordinária do dia 27 de junho de 2022.

**Justificativas de ausência.**

**Deferidos conforme o art. 97, § 3.º, I do Regimento Interno** (por motivo de doença, mediante a apresentação de atestado médico): **Requerimento n.º 2021/2022**, do Deputado Nereu Moura, apresentando justificativa de ausência na



Sessão Plenária de 21 de junho de 2022; **Requerimento n.º 2034/2022**, do Deputado Cobra Repórter, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária de 20 de junho de 2022; **Requerimento n.º 2043/2022**, da Deputada Cristina Silvestri, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias de 24 de junho a 3 de julho de 2022; **Requerimento n.º 2044/2022**, do Deputado Jonas Guimarães, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias de 13 e 14 de junho de 2022; **Requerimento n.º 2048/2022**, da Deputada Luciana Rafagnin, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 27 e 28 de junho de 2022.

**Deferido conforme o art. 97, § 3.º, IV do Regimento Interno** (Deputado que, por indicação do Presidente, estiver representando a Assembleia): **Requerimento n.º 2037/2022**, da Deputada Cantora Mara Lima, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária de 27 de junho de 2022.

**Deferido conforme o art. 104, § 5.º do Regimento Interno** (em razão de falecimento de cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos enteados, menor sob sua guarda ou tutela e irmãos): **Requerimento n.º 2042/2022**, do Deputado Nereu Moura, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 27 a 29 de junho de 2022.

**Deferido conforme o art. 97, § 3.º, IV do Regimento Interno** (Deputado que, por indicação do Presidente, estiver representando a Assembleia): **Requerimento n.º 2063/2022**, do Deputado Goura, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária de 20 de junho de 2022.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB):** Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando um **Sessão Ordinária** para amanhã, dia 28 de junho de 2021, à hora regimental, e uma **Sessão Extraordinária** na sequência com as seguintes **Ordens do Dia**: Ordinária: 2.<sup>a</sup> Discussão do Projeto de Lei Complementar n.º 5/2022 e dos Projetos de Lei n.<sup>os</sup>



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

---

Diretoria Legislativa

362/2016, 117/2020, 506/2021, 167/2022, 199/2022, 268/2022 e 270/2022; e 1.<sup>a</sup> Discussão dos Projetos de Lei n.<sup>os</sup> 10/2019, 452/2021, 159/2022, 248/2022 e 250/2022; **Extraordinária:** 3.<sup>a</sup> Discussão dos Projetos de Lei n.<sup>os</sup> 167/2022 e 270/2022; e 2.<sup>a</sup> Discussão dos Projetos de Lei n.<sup>os</sup> 159/2022 e 250/2022.

**“LEVANTA-SE A SESSÃO.”**

(Sessão encerrada às 17h17, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.<sup>º</sup> 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)